UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PAULO HENRIQUE DO NASCIMENTO

Mulheres no pódio: as histórias de vida das primeiras medalhistas
olímpicas brasileiras

versão corrigida

SÃO PAULO

2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PAULO HENRIQUE DO NASCIMENTO

Mulheres no pódio: as histórias de vida das primeiras medalhistas
olímpicas brasileiras

versão corrigida

SÃO PAULO
2012

PAULO HENRIQUE DO NASCIMENTO

Mulheres no pódio: as histórias de vida das primeiras medalhistas olímpicas brasileiras

Dissertação apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de mestre em
Educação

Área de concentração: Cultura,
Organização e Educação

Versão corrigida

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Katia Rubio

São Paulo
2012

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

796.48(81) Nascimento, Paulo Henrique do

N244m Mulheres no Pódio: as histórias de vida das primeiras medalhistas olímpicas brasileiras. Paulo Henrique do Nascimento; orientação Katia Rubio. São Paulo: s.n., 2012.
86 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Cultura, Organização e Educação) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Jogos Olímpicos (Brasil) 2. Mulheres 3. História de vida I. Rubio, Katia, orient.

Nome: NASCIMENTO, Paulo Henrique.

Título: Mulheres no pódio: as histórias de vida das primeiras medalhistas olímpicas brasileiras.

Dissertação apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de mestre em
Educação

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

*Aos amigos, aliados, parceiros e companheiros
do CESC
(Centro de Estudos Socioculturais do Movimento Humano)
e do GIEF
(Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Futebol)
da Escola de Educação Física e Esporte
da Universidade de São Paulo – EEFÉ-USP*

AGRADECIMENTOS

Aos aliados do Centro de Estudos Socioculturais do Movimento Humano (CESC), pela excelência, pela continência e pela solidariedade irrestrita, e do Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Futebol (GIEF), pela liberdade, pelo bom-humor e pelas reflexões sofisticadas.

Aos funcionários da secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo: Antonio Carlos de Martins, Bruna Pozzi Rufato, Claudia Pires, Marcelo Souza Ribeiro e Rosana Gomez Pedroso, e aos funcionários da “Copybem”, em especial a Adriana Cataldo e a Fabio Meira de Souza.

Às instituições de fomento à pesquisa Capes, CNPq, Fapesp e Sylff/ Fundo Ryoichi Sasakawa, que providenciaram as condições econômicas imprescindíveis para que esta pesquisa pudesse ser desenvolvida ao longo do mestrado.

A Cristina Landgraaf Lee e a Ricardo Ricci Uvinha, coordenadores do estágio no Programa de Aperfeiçoamento Estudantil que realizei na Escola de Artes e Ciências Humanas (EACH), pelo respeito e pela confiança que vocês depositaram em mim.

Ao Roberto Torrico, pela revisão do texto da dissertação naquilo que diante do tempo exíguo que eu lhe apresentei foi possível, e pela versão em espanhol do resumo. Agradeço também ao Daniel Ortellado, pela versão em inglês do resumo.

Aos amigos, em especial aos quatro que puderam e quiseram ser os mais presentes ao longo destes últimos três anos.

Aos professores de quem fui aluno ou ouvinte durante minha trajetória acadêmica na Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, por tantos Programas e contextos distintos: Elias Thomé Saliba, Eugênio Bucci, Flavia Schilling, Flavio de Campos, Helena Chamlian, Katia Rubio, Jorge Ramos do Ó, José Paulo Florenzano, Julio Roberto Groppa Aquino, Margarida Felgueiras, Myriam Krasilchick, Rogério Almeida, Sara Albieri, Wilson Barbosa.

Aos professores que compuseram as bancas de qualificação e de defesa desta pesquisa, José Paulo Florenzano e Flavia Schilling, pela leitura atenta do texto que qualificou esta pesquisa, e pelas indicações feitas nas duas bancas, que me valerão por toda a vida.

As seis medalhistas olímpicas brasileiras que compartilharam comigo e com o Grupo de Estudos Olímpicos da USP a preciosidade de suas histórias de vida.

A minha orientadora Katia Rubio, pela ética e pela erudição que lhe são marcantes. E pela generosidade e paciência na orientação desta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação reúne seis histórias de vida das vinte e oito mulheres que conquistaram medalhas nos Jogos Olímpicos de Atlanta, sendo duas atletas de cada uma das três modalidades que garantiram medalhas para o Brasil: basquete, vôlei e vôlei de praia. Os Jogos Olímpicos da Era Moderna são dos fenômenos socioculturais globais de maior repercussão na contemporaneidade, dentre os que almejam tal posto. O Olimpismo idealizado por Pierre de Coubertin conferiu aos Jogos a condição de principal meio de divulgação desse ideal. Sua primeira edição, em 1896, foi o marco inaugural desse ideal. As mulheres, de início, foram excluídas dessa comunidade, e a participação desse grupo oscilou ao longo da história dos Jogos Olímpicos. No que tange à participação brasileira, a primeira delegação brasileira em Jogos foi exclusivamente masculina, em 1920. A estreia feminina, solitária, deu-se em 1932. Isso não representou, contudo, uma disseminação massificada da prática esportiva feminina no Brasil. As primeiras medalhas olímpicas conquistadas por brasileiras datam de 1996. Esse interregno de sessenta e quatro anos é indício dos percalços enfrentados por brasileiras envolvidas com a prática do esporte. A partir de uma indagação do por quê desse intervalo de mais de seis décadas que separam a debutante das medalhistas, este trabalho é produto de uma pesquisa sobre a percepção que as primeiras medalhistas olímpicas brasileiras têm de seu feito paradigmático. As fontes desta pesquisa foram as histórias de vida de seis das pioneiras na conquista de medalhas olímpicas para o Brasil, que alcançam um campo para além das oficialidades, das quais as atletas brasileiras foram excluídas ao longo de anos. Dois pontos são destaque aqui para se analisar as especificidades do esporte olímpico brasileiro. Um, os impedimentos legais da prática de algumas modalidades que foi imposto para as mulheres; o outro, a constatação de que a profissionalização das modalidades femininas foi posterior às masculinas – materializada no discurso dessas primeiras medalhistas. A opção em concentrar as análises nesse grupo deu-se pelo pioneirismo dessas mulheres, e pela hipótese de que o discurso apresentado por elas congregaria exemplos significativos dos alicerces que assentaram as bases do esporte olímpico para mulheres no Brasil.

Palavras-chave: Jogos Olímpicos, Brasil, mulheres, histórias de vida.

RESUMEN

Esta disertación reúne seis historias de vida de las veintiocho mujeres que conquistaron medallas en los Juegos Olímpicos de Atlanta, siendo dos atletas de cada una de las tres modalidades que garantizaron medallas al Brasil: basquetbol, volibol y volibol de playa. Los Juegos Olímpicos de la Era Moderna están entre los fenómenos socioculturales globales de mayor repercusión contemporánea, entre los que ambicionan tal posición. El Olimpismo idealizado por Pierre de Coubertin concedió a los Juegos la condición de principal medio de divulgación de ese ideal. Su primera edición, en 1896, fue el punto inaugural de ese ideal. Las mujeres, al comienzo, fueron excluidas de esa comunidad y la participación de ese grupo varió a lo largo de la historia de los Juegos Olímpicos. En lo que se refiere a la participación brasileña, la primeira delegación nacional en los Juegos fue exclusivamente masculina, en 1920. El estreno femenino, solitario, sucedió en 1932. Eso no provocó una diseminación en masa de la práctica deportiva femenina en el Brasil. Las primeras medallas olímpicas conquistadas por brasileñas surgen en 1996. Ese intervalo de sesenta y cuatro años es un indicio de los obstáculos enfrentados por las brasileñas practicantes de deportes. A partir de la interrogación del motivo de ese intervalo de más de seis décadas que separan la debutante de las medallistas, este trabajo es producto de una pesquisa sobre la percepción que las primeras medallistas olímpicas brasileñas tienen de su hazaña paradigmática. Las fuentes de referencia de esta pesquisa fueron las historias de vida de seis de las primeras atletas que conquistaron medallas olímpicas para el Brasil y que derrotaron los dispositivos oficiales que las excluyeron por tantos años. Dos puntos son destaque para analizar las particularidades del deporte olímpico brasileño. El primero: los obstáculos legales a la práctica de algunas modalidades deportivas que se impuso a las mujeres; el otro, la confirmación de que la profesionalización de las modalidades femeninas fue posterior a las masculinas – materializada en el discurso de esas primeras medallistas. La opción por concentrar los análisis en ese grupo se hizo por el pionerismo de esas mujeres y por la hipótesis de que el discurso presentado por ellas concentraría ejemplos significativos de las bases en que se apoyó el deporte olímpico para mujeres en el Brasil.

Palabras-clave: Juegos Olímpicos, Brasil, mujeres, historias de vida.

NASCIMENTO, Paulo Henrique. Women in podium: life histories from first Brazilian Olympic Medalists., 2012. 86p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2012.

SUMMARY

This dissertation presents six individual life histories out of a total of twenty-eight accounts from Brazilian Olympic medalist women competing in basketball, volleyball and beach volley during the 1996 Atlanta Olympic Games. The so-called Olympic Games of the Modern Era are one of the most globally prestigious sociocultural phenomenon of contemporary times. Pierre de Coubertin's Olympism conferred worldwide exposure to this ideal of competition; it's first edition - held in 1896, being its startup. Initially, women were prevented from participating in this sports community, with their involvement oscillating during the history of Olympic Games. As far as Brazil's incursion is concerned, the first Brazilian Delegation officially entered the games in 1920, being exclusively masculine. The solitary premiere of women occurred only in 1932. However, including women in the Olympiad did not disseminate a massive feminine response to sports in Brazil. The first Olympic medals garnered by women took place in 1996. This sixty-four year gap represents quite graphically the perils faced by the Brazilian female athletes in their stubborn determination to play sports. A deep reflection on this considerable interval of more than sixty years between the debut of Brazilian female athletes and their first medals, is the genesis of this paper and the result of a research on the first Brazilian Olympic Female medalists' own perceptions of their paradigmatic achievement. The sources for this research are primarily the life histories of six Olympic pioneer female medalists whose achievement was a watershed in the history of the Brazilian Olympic Games. Two situations are worth mentioning in order to correctly analyze the specificities of the Brazilian Olympic participation. First, it is worth noting the legal issues preventing the practice of certain sports by women. Secondly, it is interesting to point out that athletic professionalism hit men first; women only materializing the same level of expertise in Atlanta. The decision to concentrate all the analysis on this particular group, took shape due to their innovation as female athletes and due to the hypothesis that their discourse would aggregate significant examples of the grounds which laid the foundations to the Olympic sports for women in Brazil.

Key Words: Olympic Games, Brazil, Women, Life History.

SUMÁRIO

Introdução	12
 Capítulo 1 – Os Jogos Olímpicos da Era Moderna e as mulheres	 17
1.1 – Os Jogos Olímpicos da Era Moderna	17
1.2 – As mulheres no esporte olímpico	23
1.3 – As brasileiras nos Jogos Olímpicos	28
1.4 – Objetivo e método	38
 Capítulo 2 – Breve biografia das atletas	 41
4.1 – Jacqueline	41
4.2 – Sandra	45
4.3 – Ida	49
4.4 – Ana Moser	53
4.5 – Hortência	57
4.6 – Paula	60
 Capítulo 3 – O discurso das atletas	 63
 Capítulo 4 – Considerações Finais	 79
 Referências bibliográficas	 81
 Anexo	 86

Introdução

A nadadora Maria Emma Lenk foi a primeira mulher que representou o Brasil em uma edição dos Jogos Olímpicos. Tal estréia ocorreu nos Jogos de Los Angeles, em 1932. Depois de Los Angeles, Maria Lenk também participou da edição seguinte dos Jogos, de 1936, em Berlim. Na edição alemã dos Jogos, teve como parceiras de delegação mais cinco nadadoras e uma esgrimista. Além dessas mulheres, a delegação do Brasil nos Jogos de Los Angeles e Berlim foi composta por, respectivamente, cinquenta e sete e setenta e dois homens. Com as edições dos Jogos Olímpicos previstas para 1940 e 1944 canceladas em razão da Segunda Guerra Mundial, os Jogos Olímpicos realizados após a edição de Berlim foram os de 1948, em Londres. Mais uma vez, a delegação brasileira apresentou um flagrante desequilíbrio numérico: sessenta e dois homens e onze mulheres.

Até os anos 80, essa desproporção não sofreu alterações. A delegação brasileira dos Jogos de Helsinque, em 1952, foi composta por cento e três homens e cinco mulheres. Nos Jogos de 1956, em Melbourne, quarenta e sete homens e uma mulher que competiu nos saltos ornamentais representaram o Brasil na primeira edição dos Jogos sediados na Oceania. Em 1960 foi a vez de Wanda dos Santos, no atletismo, ser a única mulher da delegação, composta também por setenta e oito homens. Nos Jogos de Tóquio, em 1964, também veio do atletismo a única mulher da delegação brasileira, Aída dos Santos, que teve como colegas de delegação setenta homens. Aída conquistou o quarto lugar no salto em distância, resultado que perdurou por quarenta e quatro anos como o melhor desempenho de uma atleta brasileira nos Jogos Olímpicos numa modalidade individual. Nos Jogos de 1968, na Cidade do México, os primeiros sediados na América Latina, três mulheres, todas do atletismo, formaram a delegação nacional, ao lado de setenta e seis homens. As duas edições dos Jogos na década de 70 ilustram um quadro similar aos Jogos das décadas passadas, no que tange à proporção de homens e mulheres das delegações brasileiras. Em 1972, nos Jogos de Munique, competiram pelo Brasil oitenta e dois homens e cinco mulheres. Em 1976, nos Jogos sediados em Montreal, a delegação brasileira foi composta por setenta e dois homens e sete mulheres.

Alguns fatores podem ser elencados para que pensemos na quantidade de homens e mulheres nas delegações olímpicas brasileiras dos anos 30 aos anos 70. Um deles nos remete aos anos 40 e alude à proibição do Conselho Nacional de Desportos (CND),

então a entidade máxima de gerenciamento do esporte nacional. O Decreto-lei número 3.199, datado de 14 de abril de 1941, que constituía os alicerces da organização do esporte no país e que vigorou até o ano de 1975, estabeleceu em seu 54º artigo que “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país¹”. O Conselho Nacional de Desportos, também pela legalidade de seu regimento, determinou no ano de 1965 que “não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo, halterofilismo e beisebol (Castellanni, 1988)”. As determinações dos esportes que seriam ou não praticados por mulheres, fosse nas escolas, fosse nos clubes, tinham fundamento eugênico: para as mulheres restava a prática do que fosse compatível à sua “natureza”.

Uma série de fatos históricos, geopolíticos e diplomáticos tomou grande vulto nos Jogos Olímpicos realizados na década de 80, e repercutiram diretamente no aumento de mulheres na delegação brasileira. Os Jogos de 1980, sediados em Moscou, foram boicotados pelos Estados Unidos, que alegaram questões diplomáticas para justificar tal ação (a União Soviética, um ano antes, invadira o Afeganistão). Para o Brasil, isso significou um aumento considerável no número de atletas participantes: várias vagas, em todas as modalidades disputadas, foram abertas, sem que para isso um classificatório fosse disputado. No torneio de vôlei feminino, a vaga que seria dos Estados Unidos ficou com o Brasil, e com isso, doze atletas do vôlei, mais três atletas (uma da ginástica artística, uma do tiro e outra da prova do pentatlo moderno do atletismo) integraram a delegação. Pela segunda vez nos Jogos Olímpicos da Era Moderna, o número de mulheres brasileiras em Jogos Olímpicos ultrapassava os dois dígitos (a primeira fora em 1948, com onze atletas). Dessa edição em diante, a quantidade de mulheres brasileiras em Jogos continuou crescendo.

Nos Jogos de Los Angeles, em 1984, foi a vez de a União Soviética liderar o bloco dos países soviéticos em mais um boicote aos Jogos, com alegações próximas às dos americanos quatro anos antes. Mais uma vez, foram abertas vagas que seriam das delegações dos países que compunham o bloco socialista, e que foram preenchidas também por atletas brasileiros. O crescente número de mulheres brasileiras nos Jogos prosseguiu: se em Moscou foram quinze atletas, em Los Angeles o número saltou para

¹Recuperado em 11 de fevereiro de 2012, de <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152593>>.

vingte e duas. Além das doze jogadoras do vôlei, as atletas que formaram a delegação brasileira em 1984 se dividiram pelas seguintes modalidades: três no atletismo, uma na ginástica artística, uma na ginástica rítmica, duas no nado sincronizado, uma nos saltos ornamentais, uma no tênis, e uma no tiro esportivo. O número de homens também aumentou. Para os Jogos realizados na União Soviética, noventa e dois homens compuseram a delegação brasileira. Quatro anos depois, nos Jogos sediados em Los Angeles, cento e vinte oito homens representaram o país.

A última edição dos Jogos Olímpicos nos anos 80 foi em Seul. Um bloco de países liderados por Cuba boicotou os Jogos sediados na Coreia do Sul em alegada solidariedade ao posicionamento político da Coreia do Norte (Rubio, 2006: 129). A quantidade de brasileiras em Jogos Olímpicos prosseguiu numa curva crescente: foram trinta e cinco mulheres que estiveram nos Jogos de Seul, ante cento e trinta e um homens. Além do atletismo (seis), da ginástica artística (uma), da natação (quatro), dos saltos ornamentais (uma), do tênis (uma), do tiro (duas) e do vôlei (doze), outros dois esportes tiveram, pela primeira vez, representantes brasileiras: a vela (duas) e o judô (duas), sendo que este figurou no programa olímpico como modalidade de exibição – o que significa não computação dos resultados ou distribuição de medalhas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI). No contexto político e social brasileiro, a década de 80 foi de novos ventos na administração política do país, que, claro, reverberaram na gerência do esporte em âmbito nacional. Foi época do fim da ditadura civil-militar², em 1985, e da promulgação da nova Constituição brasileira, em 1988. Pouco antes da década de 80 se iniciar, mais precisamente no ano de 1979, foi revogada a deliberação do CND que determinava os esportes que poderiam ser praticados por mulheres (Castellanni, 1988), o que permitiu com que dali em diante, mulheres não tivessem mais nenhum impedimento legal para praticar quaisquer modalidades esportivas no Brasil.

A edição dos Jogos de Barcelona, em 1992, marcou o avanço em alguns passos para que os Jogos Olímpicos se consolidassem como um mega-evento esportivo. O dilema entre amadorismo e profissionalismo, constante em outras edições dos Jogos, ganhava novos contornos, favoráveis ao profissionalismo. Com isso, o COI abria o caminho para que atletas profissionais do basquete, do futebol e do tênis participassem dos Jogos (Rubio, 2006: 131). Na delegação brasileira, estiveram presentes cento e

² A opção aqui em definir esse governo como “civil-militar” vai ao encontro das recentes produções acadêmicas na área de História da República que resgatam a contribuição de alguns setores da sociedade civil para que os militares tenham tomado o poder, contribuição essa que não pode ser menosprezada na análise deste período (Sestini, 2008: 12).

quarenta e cinco homens e cinquenta e uma mulheres. Entre as brasileiras de modalidades que já tinham disputado ao menos uma edição dos Jogos, quatro eram do atletismo, uma da ginástica artística, uma da ginástica rítmica, uma dos saltos ornamentais, uma do tênis, uma do tiro esportivo, quatro da vela, e doze do vôlei. Dentre as modalidades estreantes, foram doze atletas do basquete, uma do ciclismo, sete do judô (que fazia então sua estreia oficial entre as mulheres nos Jogos), e duas do tênis de mesa.

Os Jogos de Atlanta em 1996 marcaram a celebração do centenário dos Jogos Olímpicos da Era Moderna. Na delegação brasileira, tanto o número de homens quanto de mulheres manteve a tendência crescente: eles estiveram em cento e cinquenta e nove, elas em sessenta e seis. Em Atlanta foi disputado pela primeira vez um torneio de vôlei de praia em Jogos Olímpicos. E foi desse esporte que vieram duas das quatro primeiras medalhas olímpicas brasileiras conquistadas por mulheres: ouro e prata com as duplas Jacqueline e Sandra, e Mônica e Adriana, respectivamente. Além dessas duas medalhas, uma prata no basquete e um bronze no vôlei de quadra completaram o quadro de medalhas nos Jogos de 1996. Após sessenta e quatro anos da primeira participação de uma brasileira em Jogos Olímpicos, enfim brasileiras subiam ao pódio olímpico.

O objetivo desta dissertação é analisar como se deu a construção da conquista das primeiras medalhas olímpicas femininas brasileiras. O primeiro capítulo apresenta um resgate histórico da participação das mulheres nos Jogos Olímpicos da Era Moderna, desde a primeira edição, em 1896, quando elas foram proibidas de participar. Esse resgate foi pontuado com situações fundamentais para se pensar a presença feminina nos Jogos. Boicotes e pressões institucionais promovidos por mulheres ocorreram. E o discurso da fragilidade feminina (que permanece até os dias atuais) era recorrente, na intenção de justificar o porquê das mulheres não poderem pertencer àquele espaço de prática esportiva.

O segundo capítulo trata da participação das mulheres brasileiras nos Jogos Olímpicos ao longo do século XX, com dois destaques. Um, para a disparidade no número de mulheres brasileiras quando comparado ao de homens. O segundo, as condições específicas que marcaram essa presença de mulheres brasileiras nos Jogos. Nos anos 30 e 40, foram mulheres de classes abastadas que representaram o Brasil nos Jogos, pois eram essas mulheres que freqüentavam os clubes esportivos à época. A partir dos anos 50, as primeiras atletas negras passam a representar o Brasil em Jogos Olímpicos, indicando um princípio de rompimento de um modelo discriminatório

econômico recorrente no Brasil que estava posto para a prática de esportes olímpicos entre mulheres. Até os anos 80 a participação de mulheres brasileiras em Jogos Olímpicos foi restrita a poucas modalidades. A partir dos Jogos de Seul, em 1980, os boicotes de países que eram então potências olímpicas, somados à intensificação do modelo profissional em alguns esportes olímpicos entre os homens e que escoou para as matrizes femininas desses esportes, contribuíram para que mais modalidades femininas fossem representadas por brasileiras nos Jogos. Esse processo teve como marco a conquista das primeiras medalhas femininas em Atlanta, e seguiu avançando pelas edições seguintes.

No terceiro capítulo são apresentadas as referências metodológicas que deram sustentação para o objetivo desta dissertação, e as escolhas tomadas para o recorte feito nessa investigação. O quarto capítulo apresenta uma breve abordagem das seis atletas cujas histórias de vida compuseram a fonte desta pesquisa. O quinto capítulo esmiuça o discurso dessas seis atletas, apresentando os pontos em comum que emergiram de suas falas. Nas considerações finais há uma última análise da conquista dessas medalhas por brasileiras, em Atlanta, com foco em dois pontos: do que essas medalhas foram produto, e como elas podem ser vistas hoje, passadas outras três edições dos Jogos e com o Brasil eleito para sediar a edição dos Jogos de 2016, no Rio de Janeiro.

Capítulo 1 – Os Jogos Olímpicos da Era Moderna e as mulheres

1.1 – Os Jogos Olímpicos da Era Moderna

Para iniciar uma reflexão sobre a presença de mulheres nos Jogos Olímpicos da Era Moderna, penso caber um resgate acerca do contexto histórico do qual este fenômeno emergiu. A partir desse resgate, será possível ter em vista as condições que contribuíram para a reedição dos Jogos Olímpicos em tempos modernos, os elementos que foram gradualmente garantindo a legitimidade desses Jogos ao longo do século XX, e como as mulheres conquistaram esse espaço, que a princípio lhes foi negado. Como os Jogos Olímpicos da Era Moderna foram criados na Europa, o resgate histórico aqui proposto partirá da conjectura política desse continente no período de surgimento do Olimpismo.

Ao longo do século XIX, a Europa foi palco de várias transformações sociais que reverberaram nas mais diversas áreas do conhecimento então reconhecido como científico. O incremento de novas tecnologias aos estudos das ciências naturais foram decisivos para garantirem prestígio a esses estudos científicos – prestígio que aumentou gradualmente e pode ser notado até os dias atuais. Estudos como o evolucionismo de Darwin, que procuraram inserir o homem no quadro de estudos das ciências naturais, instigaram estudos que intentavam verificar afinal quais seriam as peculiaridades do homem em relação aos outros elementos da natureza. Com isso, foram catapultados estudos psicológicos e sociológicos sobre o homem, que para tanto se valiam das mesmas premissas recorrentes nos estudos biológicos (Leite, 2007: 237-238). Consideremos ainda que no bojo das mudanças de visão de mundo iniciadas com o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, ganhou força uma perspectiva dualista para perceber a interação entre o sujeito e a sociedade³. No tocante às movimentações de cunho geopolítico, este é o momento em que parte significativa dos grandes Estados Nacionais Europeus é formada, em concomitância ao fortalecimento de uma perspectiva de política imperialista por parte destes. De acordo

³ Tal dualismo pendulava entre a perspectiva iluminista do sujeito “centrado”, detentor de uma essência nata, que permaneceria consigo até a morte, e do sujeito sociológico, que seria fruto das relações interativas desse sujeito com o mundo e as pessoas que o cercavam. HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Stuart Hall/ tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006: 10-11.

com Hobsbawm (1988: 19), foi o momento do triunfo da ideologia burguesa no cenário político europeu, que irradiou para outras partes do mundo.

Enquanto a situação geral do continente era esta, a Inglaterra, maior potência mundial da época, tinha na “Era Vitoriana”⁴ sua especificidade. Um dos principais legados desse momento histórico inglês foi o desenvolvimento de novas formas de sociabilidades, notadas inclusive pelas transformações nas quais as instituições educacionais se encontravam:

Responsável por um vasto império colonial, berço da Revolução Industrial e de acontecimentos que tiraram o poder da aristocracia em favor da burguesia, foi na Inglaterra que novas formas de relações sociais foram desenvolvidas. Reflexo dessa nova ordem, as instituições educacionais passaram por grandes transformações como a transferência para o Estado das escolas de ensino fundamental associadas à Igreja e a entidades particulares de caráter beneficente, responsáveis pela educação dos “pobres”. Por outro lado, tanto a burguesia como a aristocracia financiavam seu próprio sistema educacional, determinando a sistematização da ginástica e do esporte na Inglaterra (Rubio, 2001: 126).

Há de se considerar também que ganhava força, entre os sujeitos vinculados às altas instâncias de poder do país, uma preocupação com a “normatização de novas condutas”⁵. Como parte do projeto hegemônico que divulgava o país como grande potência econômica e política, os ingleses dedicaram especial atenção à formação do caráter de suas elites. Foram então criadas as *public-schools*⁶, redutos de jovens burgueses e aristocratas, para que estes fossem educados de acordo com as expectativas criadas em relação aos que ocupariam os postos de liderança que o imperialismo britânico tivesse alcançado. Nesse reduto, as práticas esportivas eram de suma importância:

Os estudantes das *public-schools* promoviam os seus próprios jogos – futebol, tiro e caça – apesar da proibição dessas práticas, por serem consideradas violentas e perigosas. As conquistas políticas e sociais

⁴ Como ficou consagrado o ápice da Revolução Industrial na Inglaterra, período do reinado da rainha Vitória (1837-1901), tido como momento crucial na expansão da economia capitalista para todo o mundo. Hobsbawm, 1996: 14.

⁵ Trata-se, essa “normatização de novas condutas”, de um intenso trabalho pela codificação das práticas esportivas, para que estas estivessem sob o controle das instâncias de poder oficiais. É, pois, uma reverberação, na esfera esportiva, do processo civilizador ocorrido na Inglaterra ocorrido na segunda metade do século XIX. Elias; Dunning, 1992: 224.

⁶ Diferentemente da conotação que a “escola pública” tem hoje no Brasil, essas *public-schools* assim foram denominadas não por possuírem um caráter de educação universal, para toda a população, mas por agregarem, em um mesmo espaço coletivo (daí o termo “público”), jovens aristocratas e burgueses, que antes recebiam sua educação no foro privado, de seus respectivos lares. Rubio, 2006: 46.

burguesas refletiram-se na conquista de privilégios educacionais que envolviam o surgimento de novas *public-schools* e, conseqüentemente, dos valores desenvolvidos nessas instituições, como o esporte (Rubio, 2001: 127).

As *public-schools* vão paulatinamente se desenvolvendo, e o modelo esportivo inglês emerge – modelo que, por sua vez, inspirou as diretrizes do Olimpismo. Pode-se dizer que muitos setores da sociedade inglesa à época estavam mobilizados para a formação do caráter daqueles que seriam incumbidos de difundir o imperialismo inglês mundo afora. Para que tal projeto tivesse sucesso, privilegiavam a rigidez das normas. O modelo esportivo inglês não deixava de ser um componente desse mosaico, padronizado com regras de pretensa universalidade. Se considerarmos a civilização como um conjunto de normas que estrutura um determinado sistema, cujo intuito é reger e disciplinar os costumes dos sujeitos de um dado grupo social, podemos recorrer a estes mesmos preceitos para analisar a idéia de *desportivização*. (Elias, 1994). Possui, esta, um caráter de impulso civilizador comparável, na sua mobilização global, à ‘curialização’ dos guerreiros, onde “as minuciosas regras de etiqueta representam um papel significativo” (Elias; Dunning, 1992: 224).

É possível perceber pontos em comum entre os fenômenos da industrialização e da prática de esportes, originados na Inglaterra. Ambos idealizavam a igualdade de oportunidades, o estímulo à competição, a produtividade, a quantificação de resultados. Isso tudo para que fosse reverenciado aquele que, em se mostrando hábil ante tais premissas, conseguisse se destacar como o primeiro, o melhor, o vencedor:

O modelo esportivo passou a servir como norteador da educação inglesa, voltada para a formação física e moral daqueles que iriam explorar e colonizar o mundo da ‘livre troca’. Os homens que levariam adiante o liberalismo precisavam ser solidários na ação e ter iniciativa dentro das regras que regia o mercado. O esporte passou a ser uma metáfora do jogo capitalista (Rubio, 2001: 128).

Tendo em vista todas estas transformações ocorridas na Europa ao longo do século XIX, o *fin de siècle* europeu é marcado pelo dilema humano entre ciência e subjetividade. Por um lado o progresso, a ciência e o positivismo serviam cada vez mais de parâmetro para a sociedade ocidental naquele momento. Por outro, as “luzes” que se esperava que adviessem do Iluminismo e das Revoluções Francesa e Inglesa não se mostraram suficientes para explicar todos os anseios dessa sociedade (Hall, 2006: 25-26).

Foi neste contexto que o Movimento Olímpico floresceu, plantado pelo francês Pierre de Freddy, consagrado na história política pelo seu título nobiliárquico de Barão de Coubertin (Cardoso, 1996: 10). Os esforços de Coubertin para viabilizar os Jogos Olímpicos da Era Moderna acabaram por consagrá-lo como o principal idealizador do Movimento Olímpico. De origem aristocrática, Coubertin frequentou a *École Supérieure des Sciences Politiques*. Os estudos em relação à dinâmica social inglesa muito o atraíram, em especial no tocante ao “espírito de associação” e o sistema educacional e esportivo dos ingleses (Tavares, 2003: 40). Incumbido pelo governo da França de criar um novo modelo educacional para aquele país e fortemente inspirado no renascimento da cultura helênica na Europa (Rubio, 2006: 54), Coubertin se remeteria à educação e ao caráter pedagógico como um dos principais propósitos do Movimento Olímpico:

A integração entre os conceitos da cultura grega de *kaloskagathos* (harmonia entre corpo, cultura e moral) e *Arete* (excelência) com as qualidades observadas por Coubertin na educação inglesa o conduziram a uma visão de esporte altamente educativa e a uma concepção paradigmática dos Jogos (Tavares, 1999: 39).

Além do renascimento da cultura helênica, era também o momento, na Europa, de fortalecimento dos nacionalismos e das identidades nacionais como fatores de grande importância na política dos Estados Nacionais (Hobsbawm, 1988: 206). Coubertin projetou uma instituição cuja abrangência fosse internacionalista, e que tinha como propósito defender uma prática esportiva amadora⁷ e norteadas por um senso religioso. Tal prática seria capaz de promover o desenvolvimento físico aliado ao intelectual, a excelência, a diplomacia e o não-conflito bélico entre as nações (em resposta à paz armada), o *fair-play*⁸, sendo que todas estas deveriam ser exercitadas sob uma perspectiva educativa (Tavares, 1999: 33). Coubertin percebia a prática esportiva como um campo propício para realizar suas idealizações, sendo que estas seriam transmitidas por uma pedagogia:

⁷A prática esportiva amadora, ou “amadorismo”, é a concepção, difundida principalmente pela burguesia e pela aristocracia inglesas na Era Vitoriana, do esporte como atividade de ócio e meio de educação de seus respectivos filhos. A “verdadeira” prática de esportes deveria ser isenta de qualquer remuneração material, cuja finalidade se restringiria ao elogio desta prática esportiva, bem como “os benefícios físicos, mentais e sociais que derivam dele (Rubio, 2006: 66)”.

⁸Difundido pelos idealizadores dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, o *fair-play* alude a uma conduta ética e moral que deve ser própria do atleta, comprometido em apresentar seu rendimento esportivo sem recorrer a práticas ou substâncias tidas como ilícitas pelo Movimento Olímpico (Rubio, 2006: 60).

Fundador do movimento olímpico moderno, o francês Pierre de Coubertin se via principalmente como um educador e lutou incessantemente por uma reforma educacional que contemplasse suas postulações fundamentadas em uma formação intelectual eclética com forte influência dos referenciais gregos. Por essa razão o esporte era visto como uma ferramenta educacional, visão esta fortemente influenciada pelo modelo teórico/ prático inglês (Futada, 2007: 14).

O Movimento Olímpico surgiu do Olimpismo, que na Carta Olímpica é definido como “uma filosofia de vida, exaltando e combinando em um conjunto harmônico as qualidades do corpo, do arbítrio e da mente”. (Comitê Olímpico Internacional, 2007: 11). A pretensão universalista do modelo esportivo inglês foi um dos pontos de que Coubertin se apropriou para fundamentar sua filosofia de vida. E para que essa filosofia de vida fosse difundida, convidou chefes de Estado ou representantes de governos ligados à diplomacia desses Estados para integrarem o Comitê Olímpico Internacional (COI), de modo que estes representantes (diplomatas na maior parte das vezes) pudessem atuar como difusores do Olimpismo pelo mundo, defendendo seus valores como sendo de aplicação universal (Rubio, 2006: 56-57). Essa universalidade de valores, no entanto, merece ser interpretada com cautela. Mais do que ser formado por valores manifestados nas mais distintas sociedades, o Olimpismo formulado por Coubertin ambicionava com essa aparente universalização um alcance similar ao conseguido pelo imperialismo inglês em período histórico correlato. Se o surgimento do Olimpismo for tomado como uma mera formalização de características comuns às diversas sociedades, algumas contradições mostrar-se-ão sobressalentes. Como exemplo disso, podemos falar dos critérios evocados pelo próprio COI para que um esporte seja considerado olímpico. Uma ficha técnica do COI com detalhes sobre os esportes no Programa Olímpico aponta critérios como “tradição”, “universalidade”, e “popularidade” para que um esporte seja integrado a este programa. Estes critérios são rediscutidos em sessões extraordinárias do COI específicas, nas quais esportes excluídos do Programa Olímpico têm a oportunidade de pleitearem ingresso⁹. Em vista destes critérios, é possível pensar que a prática desses esportes não é universal, pois se o fossem, seriam desnecessárias reuniões sazonais do Comitê Olímpico Internacional que têm por objetivo verificar a disseminação de esportes, disciplinas e eventos¹⁰. O

⁹ “Ficha Técnica – Os Esportes no Programa Olímpico”. Recuperado em 25 de junho de 2010, de <http://multimedia.olympic.org/pdf/en_report_1135.pdf>.

discurso sobre a universalidade dos esportes olímpicos pode ser lido mais como a disposição dos idealizadores e dos defensores do Olimpismo em querer universalizar regras que faziam sentido em alguns contextos sociais, mas que poderiam não fazer sentido em outros.

O fato foi que o Movimento Olímpico passou nesse momento a ganhar corpo e adeptos. Com a deferência dos nacionalismos cada vez mais vigorosa (e legitimada sob a perspectiva das “comunidades imaginadas”¹¹) o Movimento Olímpico teve como um de seus propósitos situar-se em um plano acima de eventuais complicações de quaisquer ordens decorrentes dos nacionalismos. Era também intenção do Movimento Olímpico difundir, por intermédio do esporte, noções como a igualdade de oportunidades, a excelência, a nobreza potencial dos homens, a harmonia social entre as nações e a resolução de conflitos de uma maneira racionalizada, sem o uso da violência, em contraposição à Paz Armada¹². Assim, no bojo de tais movimentos veio a necessidade de se criar uma instituição que encampasse e promovesse, globalmente, os valores do Olimpismo, bem como aquilo que viria a ser caracterizado anos depois como Educação Olímpica. Foi este o momento de criação do Comitê Olímpico Internacional:

A tarefa audaciosa de promover uma competição esportiva de âmbito internacional, espelhada nos Jogos Olímpicos gregos, com caráter educativo e permanente, demandava a criação de uma instituição que desse o suporte humano e material para a realização de tal empreitada (Rubio, 2006: 55).

Uma vez focados na história secular dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, é possível notar uma história marcada por nuances e vicissitudes. A importância deste

¹⁰ Esporte, disciplina e evento são definidos na Carta Olímpica respectivamente como “aqueles que são governados por uma Federação Internacional”, “um ramo de um esporte composto por um ou vários eventos”, “competição em um esporte ou em uma de suas disciplinas, resultando em um ranking e dando origem à premiação de medalhas e diplomas.” (Comitê Olímpico Internacional, 2007: 86). Como exemplo mais claro destas definições temos os esportes aquáticos (esporte) divididos em nado sincronizado, natação, pólo aquático e saltos ornamentais (suas diferentes disciplinas) formadas, cada uma, por eventos que conferirão medalhas aos seus participantes (caso dos 4x100m livre da natação ou das duplas do nado sincronizado).

¹¹ É como Benedict Anderson conceitua o nacionalismo: uma comunidade imaginada formada por pessoas que não compartilham o sangue, mas bens (políticos, literários, culturais) em comum (Anderson, 2005).

¹² Também definida como *Realpolitik*, a Paz Armada foi consagrada por teóricos políticos para referirem-se à situação que o continente europeu enfrentava na virada do século XIX para o XX no campo das relações internacionais, na qual os países, inflamados por um espírito nacionalista, acreditavam que o melhor modo de garantir a segurança nacional seria apropriarem-se dos mais avançados recursos tecnológicos de então para garantirem um poderio bélico frente às ameaças de guerra que surgiam (Hernán, 2007: 689).

evento que foi se consolidando ao longo do século XX é imensa, seja no modo de organizar as disputas esportivas, nas práticas ora assimiladas ora incorporadas pelo Movimento Olímpico, seja nas disputas políticas entre países que tiveram claros desdobramentos em edições dos Jogos Olímpicos. As alterações incorporadas a cada edição dos Jogos Olímpicos não deixam de ser consonantes à velocidade das transformações ocorridas no “breve século XX” (Hobsbawm, 1995). Uma destas alterações versa sobre o ingresso de mulheres nos Jogos. Privadas de participarem da primeira edição, as atletas foram paulatinamente conquistando seu espaço em um lugar tido como masculino por excelência.

1.2 – As mulheres no esporte olímpico

Na primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, em 1896, as mulheres participaram apenas como espectadoras. Estar nos Jogos Olímpicos como atletas foi possível na edição seguinte, em 1900, em Paris, cidade que é referenciada por alguns como berço do movimento feminista em razão dos avanços ocorridos a partir da Revolução Francesa no que diz respeito à equidade de poder entre homens e mulheres, e à reivindicação pela participação das mulheres nos mesmo espaços em que homens tinham sua presença garantida e consolidada, tal como nos poderes Executivo e Legislativo (Pinto, 2003). No entanto, na edição parisiense dos Jogos, em 1900, a participação de mulheres nas competições não se estendeu para todas as modalidades. Foi no golfe e no tênis que elas competiram, dois dos treze esportes que foram disputados nos Jogos de Paris (Cardoso, 2000: 36). Nos Jogos de Saint Louis, em 1904, não houve disputas entre mulheres no golfe e no tênis, e sim no arco e flecha (Cardoso, 2000: 456). E assim, restrito a algumas modalidades, as mulheres foram gradualmente ingressando nas disputas esportivas olímpicas. A natação e os saltos ornamentais foram disputados pela primeira vez entre mulheres nos Jogos de Estocolmo, em 1912; a esgrima, nos Jogos de 1924, sediados em Paris; e a ginástica e o atletismo ingressam no programa olímpico entre as mulheres nos Jogos Olímpicos de 1928, em Amsterdã (Cardoso, 2000: 471-494). Sobre a história do ingresso do atletismo nos Jogos Olímpicos reside boa parte dos elementos que ajudam a elucidar como a prática do esporte olímpico por mulheres foi negada por alguns, e reivindicada por outros – ou melhor dizendo, outras.

Os movimentos feministas da América do Norte e da Europa tinham como principais características a luta pela igualdade de condições cidadãs, na maior parte das vezes marcada pelo confronto (Freedman, 2004). Ter isto em vista ajuda a compreender como se deu a reivindicação de mulheres pela prática de modalidades disputadas exclusivamente por homens, e como desta reivindicação decorreram alguns embates. Alice Milliat, então presidente da Federação Francesa de Desporto Feminino, protagonizou alguns desses embates com Pierre de Coubertin, então presidente do Comitê Olímpico Internacional. Coubertin, que nunca escondeu sua indisposição à idéia de mulheres no esporte olímpico, negou-se a incluir a disputa feminina em todas as provas do atletismo. Em resposta à negativa de Coubertin, Milliat incumbiu-se de organizar, em 1921, a primeira edição dos Jogos Femininos, bem como a Federação Internacional Desportiva Feminina. Em 1922 os Jogos Femininos foram renomeados Jogos Mundiais Femininos, sendo que em alguns casos, a denominação “olímpicos” também era utilizada. Para além da denominação que esses Jogos receberam, importante mesmo foi o impacto político que o evento causou junto aos organizadores dos Jogos Olímpicos (Tralci Filho; Araújo, 2011: 35-36). A partir desses Jogos Femininos, uma margem de negociação foi conquistada junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI), de modo que na edição dos Jogos de Amsterdã, em 1928, cinco provas do atletismo feminino foram disputadas: 100 metros, 800 metros, revezamento 4 x 100 metros, salto em altura e lançamento de disco (Cardoso, 2000: 493-494). Na disputa final dos 800 metros, as três atletas que subiram ao pódio cruzaram a linha de chegada em um tempo que superava o então recorde mundial. As demais atletas, por sua vez, chegaram exauridas ao final da prova. O desgaste físico das mulheres era similar ao dos homens na mesma prova; o caso das mulheres, no entanto, foi aproveitado pelos contrários à presença feminina nos esportes olímpicos como justificativa para a exclusão das mulheres das competições olímpicas (Cruz, Silva e Gomes, 2006). A prova dos 800 metros só voltaria a ser disputada por mulheres nos Jogos de 1960. Enquanto isso, argumentos de teor eugênico serviram de justificativa para decisões de ordem política. Mulheres eram frágeis, inaptas para aquelas práticas, e expô-las àquilo poderia corromper a moral de quem praticava e de quem assistia (Cardoso, 2000: 140-141). A tensão entre os argumentos eugênicos que visavam impedir a prática de esporte por mulheres e a resposta dessas mulheres a tais argumentos reverberou em algumas edições

dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, não se restringindo às primeiras fases dos Jogos Olímpicos¹³.

Se os Jogos de Los Angeles, em 1984, são um marco para as mulheres na história dos Jogos Olímpicos, isso se deve a alguns fatos. Nunca antes na história dos Jogos Olímpicos da Era Moderna tantas atletas estiveram presentes como na edição de Los Angeles. Foram 1620 mulheres competindo, sendo que em algumas provas (ciclismo, heptatlo, maratona e tiro), elas competiram pela primeira vez, enquanto que outras duas modalidades (ginástica rítmica e nado sincronizado) foram criadas exclusivamente para a prática feminina (Cardoso, 2000: 368). Na primeira disputa da maratona olímpica entre as mulheres, a imagem da maratonista suíça Gabrielle Andersen-Scheiss entrando no estádio de Los Angeles ficou consagrada para muitos como um exemplo de resistência e superação de limites. Andersen-Scheiss cambaleava, com joelhos, braços e tronco em descompasso. A imagem de seu percurso em nada lembrava a de um maratonista que, no domínio de seu físico, estava prestes a cruzar a linha de chegada da maratona olímpica. Dessa vez, os discursos que visaram se apropriar desse fato para dissociar Jogos Olímpicos de mulheres pouco repercutiam.

O ingresso das versões femininas de esportes até então praticadas exclusivamente por homens prosseguiu edição após edição dos Jogos Olímpicos. Em 1992, foram disputadas as primeiras competições de judô entre mulheres. Em 1996, foi a vez de o futebol inaugurar seu torneio entre as mulheres, enquanto que no vôlei de praia ocorreu o ingresso da modalidade nas versões masculina e feminina. Os Jogos de Sydney, em 2000, que celebraram o centenário da primeira participação feminina em Jogos Olímpicos, marcaram também o início da disputa do salto com vara feminino, que é disputado ininterruptamente entre os homens desde a primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, em 1896. Se repararmos na diferença de anos entre o início da prática dos esportes que hoje estão no programa olímpico nas versões masculina e feminina, teremos um indicativo de que, a depender de fatores que vão da política à estética, a prática de determinados esportes por mulheres foi possível após anos da prática masculina estar consolidada.

¹³ Rubio (2006: 91-92) divide a história dos Jogos Olímpicos da Era Moderna em quatro grandes fases: estabelecimento, afirmação, conflito e profissionalismo.

Tabela 1 – Ano de ingresso de cada esporte no programa olímpico, separado por homens e mulheres¹⁴

ESPORTE	ANO DE INGRESSO – HOMENS	ANO DE INGRESSO – MULHERES
Atletismo	1896	1928
Badminton	1992	1992
Basquete	1936	1976
Beisebol	1992	não há
Boxe	1904	2012
Canoagem	1936	1948
Ciclismo	1896	1988
Esgrima	1896	1924
Futebol	1908	1996
Ginástica	1896	1928
Golfe	1900	1900
Handebol	1936	1976
Hipismo	1900	1952
Hóquei sobre grama	1908	1980
Iatismo	1900	1988
Judô	1964	1992
Levantamento de peso	1920	2000
Luta	1904	2004
Natação	1896	1912
Nado sincronizado	não há	1984
Pentatlo moderno	1912	2000
Pólo aquático	1900	2000
Remo	1900	1976
Rúgbi	1900	2016
Saltos ornamentais	1904	1912
Softbol	não há	1996
Tae-kwon-do	2000	2000
Tênis	1900	1900
Tênis de mesa	1988	1988
Tiro	1900	1984
Triatlo	2000	2000
Vôlei	1964	1964
Vôlei de praia	1996	1996

¹⁴ Fonte: Cardoso, 2000, e “Sports Reference”, recuperado em 22 de fevereiro de 2012, de <<http://www.sports-reference.com>>.

O caso mais recente de discussões em torno da prática esportiva feminina é o boxe, que será disputado por mulheres pela primeira vez nos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012. O presidente da Federação Internacional de Boxe Amador, Ching-Kuo Wu, defendeu que as mulheres deveriam praticar as lutas de saias, de modo que ficasse mais claro, para os espectadores, que são mulheres disputando aquele esporte, e para que as saias tornasse o esporte mais “feminino” (Brenan, 2012). Sob uma nova roupagem, reaparece o discurso de que algumas práticas são inadequadas para as mulheres.

No clássico da Filosofia Política que fundamentou parte significativa dos parâmetros ocidentais modernos de ética e moral, Aristóteles (2006) distingue a vida nua (*zoé*), da vida qualificada (*bíos*). A vida nua denota as dimensões biológicas de qualquer ser, percebidas pela obviedade da presença de seu corpo no mundo, podendo ser eles animais, escravos ou mulheres. Já a vida qualificada trata da dimensão política dessa vida na coisa pública, sendo esta possível de ser exercida pelos cidadãos na pólis. Temos, por Aristóteles (2006), uma indicação de quais eram os requisitos de participação na vida política de sua época. As referências contemporâneas a Aristóteles são feitas, dentre outros, por Giorgio Agamben (2002) e Peter Pál Pelbart (2003), sinalizando que a biopolítica ocidental marca a tomada da *zoé* pela *bíos*. Isso, em outras palavras, alude ao preceito de ter em vista argumentos fisiológicos para qualificar decisões políticas. Tal como se fez na primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, onde, sob alegações eugênicas, as mulheres foram excluídas daquela experiência política, social e cultural. A exaltação da força, da disciplina dos corpos, do treinamento físico e da beleza atlética é feita aos homens, e aqui também há uma naturalização de questões sociais, como se homens fossem naturalmente propensos a essas práticas, que por sua vez eram incompatíveis às mulheres (Schpun, 1999: 37-38). No caso das atletas brasileiras, a naturalização de decisões de ordem política é detectada no discurso das mulheres brasileiras que participaram dos Jogos Olímpicos, como se aquilo que é identificado como fragilidade feminina, ou ainda o fato de que os homens começaram a prática esportiva antes das mulheres, justificasse a diferença de respaldo do Estado, institucional, ou de prêmios e patrocínios (Rubio, 2011: 97).

A participação das mulheres em Jogos Olímpicos ao longo do século XX deu-se de forma precária em um primeiro momento e cresceu gradativamente até quase alcançar a igualdade numérica, aludindo à dificuldade das mulheres em inserirem-se em espaços tidos como exclusivo para homens. A crescente presença de mulheres em Jogos

Olímpicos em alguma medida se relaciona com o movimento feminista, que dentre as grandes revoluções sociais ocorridas ao longo do século XX, destacou-se por alterar significativamente a expectativa acerca das atividades possíveis de serem desempenhadas pelas mulheres no espaço público (Hobsbawm, 1995). Não por acaso, são atletas da Europa e dos Estados Unidos, principalmente nas primeiras décadas do século XX, que conseguem negociar junto ao Comitê Olímpico Internacional uma maior participação das mulheres nos esportes olímpicos (Tralci Filho; Araujo, 2011: 34-40). No caso das brasileiras, impedimentos legais somados às especificidades que marcaram a prática esportiva de mulheres no Brasil contribuíram significativamente para marcar a história da participação das mulheres brasileiras em Jogos Olímpicos.

1.3 – As brasileiras nos Jogos Olímpicos

A primeira participação brasileira nos Jogos Olímpicos foi na Antuérpia, em 1920, e exclusiva aos homens. A estreia das mulheres brasileiras veio três edições olímpicas, ou doze anos, depois, em 1932, nos Jogos Olímpicos da Los Angeles, com a presença de uma nadadora, Maria Lenk. Antes de tratar dessa estreia, eis alguns elementos para se refletir sobre a política brasileira e mundial no começo do século XX, e como isso se relacionou às primeiras participações brasileiras em Jogos Olímpicos.

Uma das repercussões da Primeira Guerra Mundial no Brasil pôde ser percebida na intensificação das reflexões sobre o que vinha a ser o Brasil, feita por parte de alguns dos intelectuais brasileiros à época, com uma significativa diferença. Os ideais iluministas, tidos como referenciais, seriam repensados, rearticulando assim a predominância do eurocentrismo:

A Primeira Guerra teve, entre outras conseqüências, a derrocada da crença do progresso e na paz como valores assegurados do mundo ocidental. O conflito produziu uma distinção entre a Europa, representante da velha civilização decadente, e a América, espaço da nova civilização e do futuro. Se a Europa estava decadente, o futuro deveria estar na América, no novo continente. Foi seguindo essa premissa que se partiu em busca do futuro e se tornou necessário repensar o Brasil (Oliveira, L., 2003: 326-327).

Paulatinamente, a visão pessimista definidora do brasileiro – predominante até então – foi dando espaço a uma outra interpretação. A miscigenação ocorrida na formação étnica do povo, outrora encarada como fator depreciativo, começava a ser percebida pelos intelectuais como uma vantagem que o brasileiro teria em relação a outros povos. O que se esperava dos intelectuais brasileiros nesse período era que eles

conseguissem desvendar quais seriam as características distintivas do povo brasileiro e, a partir disso, elaborar conceitos que estivessem em sintonia com o pensamento científico do período. Podemos considerar este período como “embrionário” dos traços que definem o nacionalismo brasileiro atual. Neste momento também foram elaborados os primeiros pensamentos sobre o que viria a ser o “moderno”. Era forte a preocupação por parte dos intelectuais com a educação no Brasil e como esta seria importante para contribuir com o desenvolvimento da nação:

O período entre 1870 e 1914 deve ser compreendido como a preparação do terreno para a modernização conservadora que marcaria a década de 1930. Se nessa geração de intelectuais é forte a tônica autoritária quanto à percepção de organização social, é inegável, também, a presença de uma sensibilidade modernista (Velloso, 2003: 356).

Fausto (1997) aponta que a “Revolução de 1930”, como a historiografia se refere ao processo que desbancou o poder dos cafeicultores no cenário político brasileiro, e que culminou na tomada do poder por Getúlio Vargas em 03 de novembro daquele ano, foi o marco de uma nova fase do regime republicano no Brasil. A partir de então, “começou a se definir um novo interesse nacional orientado pela forte presença do Estado na vida do país e baseado não na oposição ao capital estrangeiro, mas ao regionalismo e às oligarquias” (Franzini, 2003: 31). Ainda de acordo com Franzini (2003), os anos 30 foram “um eixo e um catalisador” e acabaram por desencadear uma série de “movimentos que procuraram unificar, em torno da nação (ou de sua idéia), práticas, valores e manifestações que até então tinham seu vigor apenas no âmbito regional”. A partir de então, as manifestações populares serão encaradas pelo poder público e pelos intelectuais como raramente o foram. O governo de Getúlio Vargas adotou a postura de intervir na cultura para disseminar uma imagem moderna do país. Surgiu aqui também a idéia de “cultura de massa”:

A sociedade de massas fez sua entrada no cenário mundial durante o século XX. As multidões se tornaram visíveis e passaram a fazer parte da sociedade e a contar. As grandes transformações sociais estiveram, assim, marcadas pela incorporação das massas, que se tornaram eleitoras e consumidoras. Sociedade moderna passou a ser identificada como sociedade de massas (Franzini, 2003: 31).

O Brasil do samba, da mulata, do carnaval, do malandro e outros tantos tipos tidos como típicos de brasilidade, em voga ainda nos dias de hoje na sociedade brasileira, tomou corpo nestes anos 30. A pretensão governamental foi captar os elementos de forte apelo cultural vigentes no país desde o início do século e associá-los à idéia de “país

moderno”. Foi assim que o ideário modernista foi convertido em política de governo e o Estado passou a intervir na cultura como nunca o fizera (Miceli, 1979: 158). Indo ao encontro da hipótese dos intelectuais vigente à época, de que seria a ação do governo associada à da classe intelectual que redimiria o povo brasileiro (idéia esta presente desde os primeiros momentos da república no Brasil), a atuação dos intelectuais durante o Estado Novo foi intensa:

A ideologia do Estado Novo – ao pretender juntar novo e nacional, modernização e tradição – construiu uma cultura política na qual os intelectuais tiveram um papel de destaque. Não por acaso seus intelectuais procuraram estabelecer uma relação direta entre a revolução modernista de 1922 e o Estado Novo, recuperaram a denúncia à cópia dos anos 1920, retomaram a descoberta do Brasil realizada pelos modernistas de 1922. Nesse processo os intelectuais do Estado Novo desenharam o Estado como tutor, como pai ante uma sociedade imatura, que necessitava ser orientada (Oliveira, L., 2003: 325).

As primeiras participações das mulheres brasileiras em Jogos Olímpicos ocorreram graças a algumas condições específicas. Ao tratar das restrições à prática esportiva para mulheres no começo do século XX, Mourão (2000) afirma que nessa época, as mulheres que podiam se dedicar a essa prática o faziam porque eram filiadas a clubes esportivos. No começo do século XX, no Brasil, os que freqüentavam esses clubes eram majoritariamente homens e mulheres oriundos de classes abastadas. Pois era essa riqueza que sustentava a filiação dessas pessoas a clubes, e tornava a prática esportiva possível. Além disso, se na Europa e na América do Norte a luta pela igualdade de condições cidadãos foi marcada pelo confronto (Freedman, 2004), enquanto que no Brasil esse movimento se deu de forma dispersa e com interesses distintos, basicamente por dois grupos: as sufragistas, que acreditavam que a desigualdade se resolveria por meio do voto, e as mulheres trabalhadoras, que anteciparam com seu discurso a especificidade da opressão, buscando atenção, por exemplo, para as diferenças entre as categorias de gênero e étnicas (Rago, 2004). As possibilidades de inserção no esporte e o movimento de mulheres feministas nas primeiras décadas do século XX seguiam como que paralelos, sem se entrecortarem. Mathias e Rubio (2010) discutem como na década de 20 o esporte era visto restritamente como um campo de atuação de homens, o que invalidava a experiência atlética feminina. Daí que, excluídas da prática esportiva, a dimensão pública da vida das mulheres lhe era negada, limitando as mulheres da época a dedicarem-se às atividades domésticas e aos cuidados com o lar

e com a família. Como o grupo de mulheres que praticava esportes olímpicos no Brasil era restrito, isso se refletia num número modesto de participantes nos Jogos Olímpicos. Tanto é que, nos Jogos de Los Angeles em 1932 e nos de Berlim em 1936, foram apenas seis as mulheres que representaram o Brasil nos anos trinta. Além de Maria Lenk (que participou também dos Jogos de 1936, em Berlim) foram aos Jogos na década de 30 sua irmã e também nadadora Sieglind Lenk, Piedade Coutinho, Scyla Venâncio e Helena Salles (todas nadadoras, que competiram nos Jogos de 1936), e a esgrimista Hilda Von Puttkammer.

As edições dos Jogos Olímpicos previstas para acontecerem em 1940 e 1944 foram suspensas em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Tal fato aparece como mais um exemplo de que, ao contrário do que seus idealizadores quiseram, os Jogos Olímpicos da Era Moderna não poderiam ficar alheios ao que acontecia no mundo em decorrência de decisões políticas. Na primeira edição dos Jogos pós-Segunda Guerra, sediada em Londres, em 1948, onze atletas brasileiras estiveram presentes. Em 1952, o número foi reduzido para praticamente a metade: cinco atletas representaram o Brasil nos Jogos de Helsinque. A novidade em 1952 foi que apareceram na delegação as primeiras atletas negras: Deise Jurdelina de Castro e Wanda dos Santos. A presença de negros no futebol é assunto já contemplado por uma produção acadêmica significativa (Tonini, 2011: 47-62). Quando se procura estender a discussão para outros esportes, no entanto, pouco se encontra. Uma exceção a esse quadro é o artigo de Oliveira (2008), que aponta como, não raro, a curiosidade sobre o desempenho de negros no esporte é respondida a partir das “individualidades biológicas” dos afro-desendentes (Oliveira, 2008). Isso se somava à perspectiva vigente nos anos 50 de que o esporte de um modo geral e a Educação Física mais especificamente deveriam contribuir para a higienização e para a eugenia em curso na sociedade brasileira, tal qual aponta Soares (2004: 18). Num momento em que diversos grupos e instituições (inclusive o Estado) definem o homem ideal como “de olhos claros e pele sã¹⁵”, a presença das primeiras mulheres negras em delegações olímpicas do Brasil chama a atenção justamente pela exceção

¹⁵ O periódico “A nova Educação Física”, publicado nos anos 30, diz o seguinte sobre quais os propósitos para os quais a Educação Física no Brasil deve se prestar: “A nova educação física deverá formar um homem típico que tenha as seguintes características: talhe mais delgado que cheio, gracioso de musculatura, flexível, de olhos claros, pele sã, ágil, desperto, erecto, dócil, entusiasta, alegre, viril, imaginoso, senhor de si mesmo, sincero, honesto, puro de atos e de pensamentos, dotado com o senso de honra e da justiça, participando do companheirismo de seus semelhantes e levando o amor de Deus e dos homens no coração” (Oliveira, A, 2008).

alcançada diante de uma predominância de discursos, inclusive oficiais, que via com maus olhos a presença de negros na sociedade brasileira. É possível que a quase inexistente discussão sobre a presença de negros no esporte se relaciona à crença na democracia racial – ideário criado a partir de uma leitura apressada de Gilberto Freyre (2002) que verifica na sociedade brasileira terreno fértil para que a convivência entre as diferentes raças se dê harmoniosamente, negando, portanto, a legitimidade de quaisquer conflitos (Hasenbalg, 1996).

No que tange à geopolítica mundial, uma das decorrências da Segunda Guerra Mundial foi a divisão do mundo em dois grandes blocos de poder: um, capitalista, liderado pelos EUA, e o outro, socialista, comandado pela União Soviética. Os embates entre estes dois países ganharam, inclusive, novos contornos nas edições dos Jogos Olímpicos entre os anos 50 e 80. Mais do que um momento de tensão na política de nações de grande poder, que trouxe em seu bojo implicações político-militares e a iminência de novos conflitos armados, a Guerra Fria pode ser percebida como um período histórico que imprimiu aos países sob influência dessas duas grandes potências novos paradigmas e novas experiências de vida. (Hobsbawm, 1995: 234-235). No Brasil, os anos 50 foi tempo dos Anos Dourados do governo de Juscelino Kubitschek, que resplandeciam graças à política do governo que trouxe, mesmo com algumas evidências de crise, alguma estabilidade política ao país, importante para a promoção de um alto índice de desenvolvimento econômico (Benevides, 1979: 49-51). Foi época de novas experiências no plano das artes e da cultura. De acordo com Naves (2003: 275):

O período compreendido entre meados da década de 1940 e início da década de 1960, no Brasil, é marcado pela experiência da democratização, em termos políticos, e pela emergência de discussões as mais variadas sobre o papel da arte e da cultura. A visão predominante é a de um país que se moderniza e enfrenta uma série de contradições, notadamente no plano social.

Os anos 60 no Brasil foram vividos após uma experiência do nacional-desenvolvimentismo. Os golpes militares na América Latina apoiados pela CIA faziam parte da estratégia dos EUA tanto para demarcarem território na Guerra Fria quanto para redirecionarem os percursos políticos dos países do continente latino-americano. O governo de João Goulart (1961-1964) defendeu as “Reformas de Base”, projeto que apresentava diretrizes para uma distribuição de renda menos desigual no Brasil (Silva, 1985: 310). Os contrários ao governo de João Goulart começaram a se organizar, e para tanto, o posicionamento de algumas mulheres foi fundamental. Grupos como a União

Cívica Feminina de São Paulo (UCF-SP) foram fundados, com o intuito de alertar a opinião pública dos perigos que uma iminente república socialista poderia causar aos valores que estas mulheres defendiam como sendo democráticos e cristãos. O patrocínio feito a essas entidades de mulheres era feito pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), grupo formado por intelectuais e empresários descontentes com o governo de João Goulart (Sestini, 2008). A tomada do poder arquitetada pelos militares e apoiada por boa parte da população civil ocorreu em 1º de abril de 1964. Embora o governo militar tenha começado a promover a ascensão da economia e do poder de consumo dos brasileiros, o fez com direitos políticos e civis cerceados. O regime militar passou a governar através de Atos Institucionais. Dos dezessete Atos publicados nos vinte anos de regime, o Ato Institucional nº 5 foi o mais emblemático do cerceamento das liberdades individuais dos cidadãos, como podemos perceber em seu Artigo 5º (Brasil, 1968):

A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

- I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
 - II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
 - III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;
 - IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:
 - a) liberdade vigiada;
 - b) proibição de freqüentar determinados lugares;
 - c) domicílio determinado,
- § 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.
- § 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário.

Outro grupo de mulheres, mais identificadas com a esquerda, encontrou no exílio uma opção de resistência aos anos de chumbo vividos no Brasil. Um dos países que mais acolheu exilados foi a França, sobretudo para a cidade de Paris. As mulheres que foram para lá o fizeram ou porque eram militantes, ou porque acompanhavam seus companheiros. Viver na França em uma condição de vida de classe média, sem os confortos que a presença de uma empregada doméstica garantia à vida no Brasil expôs essas mulheres ao machismo de seus companheiros de esquerda. E isso certamente contribuiu para que elas se aproximassem do movimento feminista que, no bojo dos

acontecimentos de maio de 1968, estava a pleno vapor. No entender de Moraes (1996: 5), para estas mulheres exiladas foram apresentadas tanto a tarefa de se pensar outra cultura quanto “a realidade da mulher brasileira”.

Enquanto isso, no Brasil, não se encontra registros de grupos ou mesmo competições que foram organizadas por mulheres atletas no sentido de reivindicar direitos ou contrapor-se ao que estava estabelecido como favorável aos homens (Tralci Filho; Araujo, 2011). Assim como em décadas anteriores, foi modesta a participação de mulheres brasileiras em Jogos Olímpicos entre as décadas de 60 e 80. Que não se esqueça, contudo, que impedimentos legais vigoravam no Brasil. E se o olhar para o que aconteceu no Brasil entre as décadas de 60 e 80 se expande para além do que era próprio do esporte, chegará ao regime ditatorial que vigorou nesse período. O razoável crescimento ocorrido durante o período do governo militar não diminuiu a concentração de renda no Brasil. (Skidmore, 1988). Mas o regime militar aos poucos, dava sinais de enfraquecimento. Em 28 de agosto de 1979 foi promulgada pelo então presidente João Batista Figueiredo, a lei nº 6.683, mais conhecida como Lei da Anistia. Serviu de importante marco para o novo momento político que se iniciava, de transição lenta e gradual do regime civil-militar para um regime civil democrático. Também em 1979, o decreto-lei que impedia a prática de determinados esportes por mulheres foi revogado (Castellanni, 1988). A repercussão dessa proibição, durante o tempo em que foi válida, é notória na discrepância das participações de homens e mulheres brasileiras nos Jogos Olímpicos entre as décadas de 30 e 70. Colocar lado a lado a participação brasileira feminina com a masculina talvez nos ajude a ter uma maior dimensão do quão distante brasileiros e brasileiras estiveram em termos de representatividade nos Jogos Olímpicos durante este período. Mesmo inconstante, o número de atletas homens entre as décadas de 30 e 70 foi, em média, de setenta e quatro participantes. Entre as mulheres, a média de participação brasileira nos Jogos, neste mesmo período, caiu para três.

Tabela 2: número de participações de atletas brasileiros em Jogos Olímpicos, de 1932 a 1976, separados por homens e mulheres¹⁶.

EDIÇÃO DOS JOGOS	NÚMERO DE HOMENS NA DELEGAÇÃO BRASILEIRA	NÚMERO DE MULHERES NA DELEGAÇÃO BRASILEIRA
Los Angeles – 1932	59	01
Berlim – 1936	85	04
Paris – 1948	67	11
Helsinque – 1952	102	05
Melbourne – 1956	43	01
Roma – 1960	80	01
Tóquio – 1964	65	01
Cidade do México - 1968	71	03
Munique – 1972	94	02
Montreal – 1976	76	07

No plano geopolítico internacional, a virada da década de 70 para a de 80 se daria com uma tensão da Guerra Fria repercutida nos Jogos. Sob o argumento de “retaliação diplomática” ante a invasão soviética do Afeganistão, o governo americano de Ronald Reagan declarou boicote dos Estados Unidos aos Jogos de Moscou, em 1980 (Rubio, 2006: 125). Para a delegação brasileira, isso significou um convite para que a equipe de vôlei feminino participasse da competição. As doze atletas da modalidade¹⁷ contribuíram para que a quantidade de mulheres na delegação brasileira fosse maior do que sempre fora. Além das atletas que debutavam no vôlei feminino brasileiro, Conceição Geremias marcou presença no pentatlo moderno, enquanto que Cláudia de

¹⁶ Fonte: Cardoso, 2000.

¹⁷ Foram elas: Denise Porto Mattioli, Eliana Maria Nagib Aleixo, Fernanda Emerick da Silva, Ivonette das Neves, Jacqueline Louise Cruz Silva, Lenice Peluso de Oliveira, Maria Isabel Barroso Salgado Alencar, Maria Villar Castanheira, Paula Rodrigues de Mello, Regina Villela dos Santos, Rita de Cássia Teixeira, Vera Helene Bonetti Mossa. Cardoso, 2000: 621.

Paula Magalhães Costa disputou os exercícios combinados da ginástica artística (Lico, 2007).

Os Jogos de Los Angeles, em 1894, podem ser tidos como um marco da fase do profissionalismo nos Jogos, pois pela primeira vez foi a iniciativa privada quem cuidou da administração dos Jogos (Rubio, 2006: 127). Para as brasileiras essa edição representou a continuação do crescimento no número de atletas que participavam de Jogos Olímpicos. Um novo boicote, dessa vez soviético, contribuiu para este crescimento. Três atletas do atletismo (Esmeralda de Jesus Garcia, Eleonora Mendonça e Conceição Geremias), uma da ginástica feminina (Tatiana Figueiredo), uma dos saltos ornamentais (Ângela Ribeiro) e mais doze atletas do voleibol representaram o Brasil nos Jogos. Nos Jogos de Seul em 1988, foram trinta e três as atletas brasileiras, nas seguintes modalidades: atletismo, ginástica, hipismo, iatismo, natação, saltos ornamentais, tênis, tiro e vôlei (Cardoso, 2000: 621-654).

Vários fatores contribuíram para um crescimento vertiginoso nos anos 90 de mulheres brasileiras participando de Jogos Olímpicos. Algumas modalidades que até então eram disputadas apenas por homens passaram a ter seus equivalentes femininos (caso do judô e do futebol); outras, embora integrassem há décadas o programa olímpico, passaram a contar com representantes brasileiras em suas disputas (como o basquete e o handebol). Havia também modalidades cujas repercussões do profissionalismo nos esportes olímpicos, iniciados na matriz masculina, passaram a criar produtos análogos ao que ocorrera com os homens, caso específico do voleibol. Além disso, o vôlei de praia, que ingressou no programa olímpico nos Jogos de Atlanta, em 1996, tinha nas duplas formadas por brasileiras algumas de suas representantes exponenciais. Foi atento às especificidades desse quadro que emergiu o objeto desta pesquisa, aqui cingido: o discurso de algumas das atletas brasileiras que pela primeira vez conquistaram medalhas em Jogos Olímpicos.

A diversidade de grupos sociais no Brasil, que, a depender de inúmeros fatores (classe socioeconômica, região geopolítica, predominância rural ou urbana) acaba por forjar uma vasta gama de sujeitos distintos, torna o exercício de pensar as especificidades da *mulher brasileira* um desafio. Afinal, uma unidade homogênea que generalize não cabe nesse recorte. Pinto (2003) afirma que a tendência mais consagrada é contar a história do feminismo a partir de meados do século XIX, quando as reivindicações femininas deixaram de ser esparsas e passaram a adquirir unidade. E uma das formas possíveis de se distinguir as diferentes fases do movimento feminista é

dividi-lo por momentos históricos distintos, como se tivessem sido uma série de ondas. No entender de Narvaz e Koller (2006) a primeira das três ondas do movimento feminista remete à virada do século XIX para o XX, momento em que as mulheres tinham como principal reivindicação a igualdade de direitos, principalmente o sufrágio. A segunda onda se refere ao que é considerado o ressurgimento do movimento feminista, durante as décadas de 60 e 70, momento em que às reivindicações por igualdade de direitos civis foi somado o combate às desigualdades na esfera familiar. E a terceira onda veio junto das políticas neoliberais de uma nova ordem mundial de final dos anos 80 e começo dos 90, até os dias de hoje.

A perspectiva aqui adotada se aproxima daquela reivindicada pelas feministas que se inserem na chamada terceira onda do movimento feminista (Krolokke e Sorensen, 2005), que começou a ser construída em meados dos anos 80. As representantes dessa vertente, entre outras coisas, distinguem-se das anteriores por defenderem a necessidade de voltarmos nossos olhares para as especificidades locais das condições das mulheres, e não invocar uma mulher idealizada, universal – e inexistente.

Parece-nos clara uma postura de parte do movimento feminista brasileiro hoje em salientar sempre que possível os ingressos de mulheres na sociedade como conquista, e não concessão. Indicativo disso é a crítica de Adriana Jacob Carneiro (2011), a propósito da instituição do dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher. Carneiro nos chama a atenção à cobertura “midiática” feita em torno da luta feminista que quer associar direta e restritivamente um incêndio ocorrido em Nova Iorque, no ano de 1857, que culminou com a escolha do Dia Internacional da Mulher, desprezando outros vetores¹⁸. Quando se trata das atletas olímpicas brasileiras, a percepção destas mulheres sobre os lugares que elas ocupam hoje e como ser mulher influencia suas vidas é volátil. Em recente pesquisa, Rubio (2011) questionou, em um universo de 110 atletas, se elas já tinham sido expostas a algum tipo de preconceito na condição de atleta. Menos de uma dezena referiu algum tipo de discriminação por ser mulher. E nos poucos casos em que algum preconceito foi observado, esse preconceito foi o racial, e não por serem mulheres. No discurso de boa parte de atletas e ex-atletas olímpicas a aceitação de

¹⁸ Um incêndio teria sim ocorrido, mas em 25 de março de 1911, com homens entre as vítimas inclusive. Salienta ainda Carneiro que são desprezadas outras tantas experiências, como a proposta feita por Clara Zetkin no II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, em Copenhague, de que fosse designado um dia de homenagem à luta feminista; ou a saída às ruas de mulheres grevistas do setor de tecelagem, em Petorgrado, também em um dia 08 de março, alçadas a chefes de família pelas circunstâncias da guerra, e cuja mobilização converteu os soldados à sua causa, transformando aquilo que para alguns foi primeiro momento da Revolução de Outubro (Carneiro, 2011).

algumas situações de desequilíbrio entre homens e mulheres foi apresentada como de ordem natural.

Mais do que concessões, os lugares alcançados por essas atletas olímpicas brasileiras serão vistos como conquistas, fruto da ação política e das reivindicações individuais ou coletivas dessas mulheres. Mulheres que reivindicaram para si o direito de praticarem esporte, de gozarem de condições de treinamento similares às oferecidas para os homens, e que foram precursoras no esporte olímpico brasileiro.

1.4 – Objetivo e método

O objetivo desta dissertação foi analisar como se deu a conquista das primeiras medalhas olímpicas femininas brasileiras. Para tanto, o método de investigação empregado nesta pesquisa foi o de histórias de vida. Aqui as histórias de vida foram apropriadas como um gênero da história oral, tido nesta pesquisa como o discurso oral que uma pessoa elabora quando convidada a falar sobre sua experiência de vida (Bueno, 2002: 11-30).

Visto como problema por alguns críticos da história oral, subjetividade e descontinuidade são os grandes trunfos de um discurso oral, que mira um ponto distinto ao do documento oficial:

Um dos aspectos mais polêmicos das fontes orais diz respeito a sua credibilidade. Para alguns historiadores tradicionais os depoimentos orais são tidos como fontes subjetivas por nutrirem-se da memória individual, que às vezes pode ser falível e fantasiosa. No entanto, a subjetividade é um dado real em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas, ou visuais. O que interessa em história oral é saber por que o entrevistado foi seletivo, ou omissivo, pois essa seletividade com certeza tem seu significado. Além disso, este século é marcado pelo avanço sem precedente nas tecnologias da comunicação, o que abalou a hegemonia do documento escrito (Freitas, 1992: 18).

A opção para esta pesquisa pelas histórias de vida justifica-se por termos no esporte para mulheres no Brasil poucos elementos na história apresentada pelos documentos oficiais, visto que as mulheres foram simplesmente alijadas dessa oficialidade. Com essas narrativas provenientes dos discursos orais, foi possível contemplar uma subjetividade comum às histórias de vida, indo ao encontro de Bosi (2003: 15) quando esta afirma que ao recuperarmos a memória em um discurso de história de vida, podemos captar as idiossincrasias do indivíduo e da sua cultura, em uma instância que trata das paixões individuais – e que documentos próprios de outros

métodos de investigação não alcançam. Se há uma potência na narrativa oral, ela reside em, mais do que a linearidade sugerida pelo documento oficial, mostrar “a complexidade do acontecimento”. Trata-se de uma “via privilegiada para chegar até o ponto de articulação da história com a vida quotidiana (...). A fonte oral sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa.” (Bosi, 2003: 20).

Com a subjetividade e a descontinuidade que marcam os discursos orais, o desafio para essa pesquisa foi materializar esses discursos de modo que eles pudessem ser apropriados para os objetivos de análise nesta dissertação. Para tanto, foi feito um recorte no grupo de atletas brasileiras que já participaram dos Jogos Olímpicos, em acordo ao que é proposto por Meihy e Holanda (2010). Com essa perspectiva metodológica em vista, foi possível chegar à *comunidade de destino* desta pesquisa, que no entender de Meihy e Holanda (2010: 51) trata-se de um grupo de pessoas que foram expostas e afetadas por experiências subjetivas semelhantes, de fenômenos naturais ou não, tais como terremotos, pestes, abusos, arbitrariedades ou discriminações. Para os fins desta pesquisa, a comunidade de destino estabelecida foi formada pelas mulheres brasileiras que participaram de ao menos uma edição dos Jogos Olímpicos.

Também seguindo o que é proposto por Meihy e Holanda (2010), uma segunda definição foi estabelecida: a de *colônia*, uma segunda divisão feita a partir do estabelecimento da comunidade de destino. A demanda nesse momento era definir um critério explícito para que o todo fosse dividido, de modo que as vicissitudes da comunidade de destino não se perdessem em sua abrangência (Meihy e Holanda, 2010: 53). Com isso, o critério para estabelecer a *colônia* desta pesquisa foi de que essas atletas brasileiras deveriam ter conquistado uma medalha olímpica, sintomática do êxito maior que um atleta olímpico pode ter em sua carreira. Finalmente, um terceiro recorte foi feito: o de *rede*, subdivisão da colônia que alcança a menor parcela de uma comunidade de destino (Meihy e Holanda, 2010: 54). Com isso, o grupo de atletas olímpicas medalhistas em Jogos Olímpicos foi afunilado, e o que ficou definido como grupo a ser investigado foi: as atletas olímpicas brasileiras que conquistaram medalhas em Jogos Olímpicos pela primeira vez na história, nos Jogos de Atlanta, em 1996.

Também tive em vista aqui o que foi apontado por Rubio (2006) sobre como as histórias de vida podem ser aplicadas como método de investigação em uma pesquisa acadêmica que queira tratar das singularidades dos atletas brasileiros. No caso específico dos medalhistas olímpicos, estes tiveram suas identidades alteradas por

diversos vetores, em razão dos caminhos tomados pelo Movimento Olímpico e pelo fenômeno esportivo contemporâneo ao longo do século XX. Narrar suas próprias trajetórias de vida desperta nesses atletas a possibilidade de refletir o que foram suas vidas, o que elas são neste momento, e transgredir as cronologias impostas por outras fontes, por outros discursos (Rubio, 2006: 24).

Estão contempladas nesta dissertação as histórias de vida das seguintes medalhistas olímpicas brasileiras: Jacqueline Silva e Sandra Pires (vôlei de praia, medalhistas de ouro), Ida e Ana Moser (vôlei, medalhistas de bronze) e Hortência e Paula (basquete, medalhistas de prata). As entrevistas de histórias de vida utilizadas nesta dissertação fazem parte do projeto “Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros”, desenvolvida pelo Centro de Estudos Socioculturais do Movimento Humano, da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (CESC – EEFE/USP), sob coordenação da Prof^a Dr^a Katia Rubio. Após a realização das entrevistas, as atletas assinaram um “Termo de consentimento livre e esclarecido”, que autorizou o uso do conteúdo registrado nas entrevistas para fins de pesquisa acadêmica. Todas as entrevistas foram filmadas e transcritas, e esse material encontra-se arquivado no CESC – EEFE/USP.

Capítulo 2 – Breve biografia das atletas

4.1 – Jacqueline Silva

Jacqueline Louise Cruz Silva é carioca. Da infância, recorda-se da timidez, evidenciada por roer muito as unhas, da baixa estatura – se comparada às demais de sua idade – e também dos cabelos amarrados por trancinhas. Sua mãe era dona de casa, enquanto que o pai e o irmão se destacavam como praticantes de esportes; o primeiro já tinha inclusive sido goleiro do Vasco da Gama, além de ter um apreço pelo vôlei de praia. Eram comuns as idas de Jacqueline à praia, o que contribuiu para que ela adquirisse um gosto pelos esportes, que somou-se à influência direta de seu pai. Sempre que possível, praticava voleibol e peteca na praia, enquanto que em casa dedicava-se a jogar futebol com o irmão. O voleibol surgiu na vida de Jacqueline como uma forma de lazer na praia em meio a outros, como nadar ou tomar sol. De suas lembranças mais remotas vêm a sensação de, desde sempre, ter algo muito especial que a conectava com práticas atléticas e que exigiam habilidade técnica e motora. Com o tempo, Jacqueline deu-se conta de que existia em si uma facilidade muito grande para aprender um novo esporte:

Eu, carioca, tinha o costume familiar de ir à praia. E por meu pai estar sempre muito envolvido com esporte, eu acabei gostando também. Toda vez que eu ia à praia eu jogava voleibol, peteca, em casa jogava muito futebol com meu irmão também...

Por volta dos nove anos de idade, Jacqueline pediu para a mãe que a levasse numa escolinha de voleibol no Fluminense. No dia marcado, no entanto, sua mãe atrasou-se e perdeu a oportunidade. Seguiram então ambas numa busca por outro lugar para treinar e acabaram chegando ao treinador da escola de Jacqueline. Tal treinador lidava exclusivamente com adolescentes, e o fato de Jacqueline ser muito nova fez com que o treinador num primeiro momento se recusa a aceitá-la, dentre outros motivos por não querer lidar com as responsabilidades de treinar com uma criança. Por insistência da mãe, o treinador reviu seu posicionamento, mas continuou reticente quanto a participação de Jacqueline no grupo, e recusava-se a incorporá-la às atletas mais velhas. Por conta disso, a rotina de Jacqueline se resumia a terminar as aulas e apresentar-se ao ginásio, que ficava em cima da escola, aguardando alguma diretiva do treinador para fazer algo. A única coordenada que lhe era passada era bater uma bola contra a parede, enquanto o treinador trabalhava com as demais atletas:

Eu acabava a aula, ia pro ginásio, que era no andar de cima, e ele realmente não fazia nada comigo. Ele falava assim: 'pega uma bola e fica lá, batendo na parede'. Ele ficava dando o treino e eu ficava fazendo isso. Eu acho até que, no fundo, foi muito bom pra mim. Porque como a parede não errava, e eu também não, a gente ficou naquele contato ali por muito tempo...

Aos poucos, ao final dos treinamentos, Jacqueline foi sendo incorporada às demais jogadoras do time de vôlei do Clube de Regatas Flamengo. Aos dez anos, Jacqueline entrou como reserva da categoria mirim. Durante a final de um Campeonato Brasileiro, foi escolhida pelo treinador para fazer o fundo de quadra do time e assim ficar como principal incumbida pela defesa. Sua atuação de destaque foi um dos fatores que garantiu a vitória ao Flamengo e ainda rendeu uma matéria de jornal relatando o feito de uma menina de 10 anos de idade, com menos de um metro e meio, que defendeu extraordinariamente todo o jogo. Deste feito, Jacqueline guarda o arrependimento de ter recortado a reportagem de jornal sobre esse jogo e tê-la colado em seu armário, impedindo que pudesse carregá-la consigo.

De reserva na categoria mirim, Jacqueline passou a ser titular, assim como passou também a treinar em outras categorias e acompanhando assim a ascensão do voleibol masculino. Jogadores que à época já tinham destaque como atletas de vôlei, como Bernardinho e Bernard, estavam presentes nessa experiência de Jacqueline, mesmo sendo de uma geração anterior à dela:

Eu joguei nessa época com muitos jogadores, Bernardinho, Bernard, de uma geração um pouco mais velha do que eu, mas que faziam parte da história toda. Nós ficávamos o dia inteiro no clube. As pessoas iam à praia, frequentavam a praia, e depois ficavam no clube mesmo, jogando em categorias diferentes.

A primeira convocação para a seleção brasileira adulta veio aos quatorze anos de idade, e trouxe em seu bojo os sacrifícios necessários para se ocupar tão posição, como mudar-se da cidade onde morava, estudar em outro colégio, entrar em uma rotina intensa de treinamentos, viagens, concentração do time em alojamentos ou hotéis e lidar com as disputas internas no grupo. Talvez isso tenha contribuído para o modesto currículo de Jacqueline nas quadras, onde não conseguiu grandes resultados como jogadora em equipe, tendo recebido alguns prêmios individuais na Olimpíada de Los Angeles e em alguns em torneios de menor repercussão. Sobre essa passagem pelo vôlei de quadra, Jacqueline percebeu que alguns dos elementos que compunham sua identidade e seu estar no mundo não podiam ser dissociados do fato de que, naquele

momento, o vôlei no Brasil estava nos primeiros momentos do que tempos depois seria consolidado como o profissionalismo da modalidade:

Eu peguei a fase em que o voleibol do Brasil estava em crescimento. Tinha coisa assim: ‘ah, vocês fiquem lá na Europa, viajando, jogando lá fora, um mês e meio nos países da Cortina de Ferro’. A gente era obrigada a jogar naquele torneio, chegava lá e quebrava o maior pau com todo mundo, já que ninguém aguentava mais olhar um pra cara do outro. O meu grupo é totalmente diferente, as pessoas que jogavam naquela época, os jogadores, eram muito mais amadores, faziam porque eles gostavam mesmo. Ninguém vivia do voleibol.

Ao perceber que muito de seu esforço individual estava sendo investido ali, não raro obrigando-a a deixar de lado algumas oportunidades em sua vida (como os estudos), Jacqueline passou a se posicionar de modo mais enfático na reivindicação daquilo que entendia serem seus direitos como atleta, que ela percebia ser atendido no time masculino e ignorado no feminino.

Se os Jogos de Los Angeles não renderam muitos frutos para Jacqueline na quadra, ofereceram algumas sementes que serviram para sua colheita no vôlei de praia. A atleta relatou que por vezes, durante os Jogos de Los Angeles, saiu da Vila Olímpica em busca da praia, o que reforçava para si o seu interesse por aquele universo. Na volta para o Brasil, a negociação das cifras de seu salário e das condições de seu treinamento com alguns clubes mais uma vez se mostravam de difícil resolução. Jacqueline resolveu então deixar o país, alternando-se entre Estados Unidos e Itália por dois anos, e posteriormente fixando-se nos Estados Unidos. Era tempo em que o vôlei de praia em Santa Mônica, na Califórnia, caminhava a passos largos para alcançar a condição de profissional.

Jacqueline tem em grande estima um americano que foi seu treinador, e que apresentado por ela como pessoa fundamental para fazê-la perceber o jogo de vôlei não só em seus movimentos isolados, mas como um todo, inclusive como uma atividade circunscrita a outras redes de poder, e com elementos que poderiam torná-lo, o jogo, um negócio. Já entre as atletas top do vôlei de praia americano, Jacqueline passou a cada vez mais dar ouvidos a essa nova forma de encarar o esporte que seu treinador americano a instigava. Esse treinador também foi apresentado por Jacqueline como o principal responsável por seu retorno ao Brasil, para que ela encontrasse uma parceira brasileira que a credenciasse a participar dos Jogos Olímpicos de Atlanta. Em Atlanta, pela primeira vez o vôlei de praia foi disputado em um campeonato olímpico, foi

também a primeiro vez em que brasileiras conquistara uma medalha de ouro em Jogos Olímpicos, fazendo de ambas as precursoras brasileiras do pódio olímpico.

4.2 – Sandra Pires

Foi com sete anos de idade, no colégio, que Sandra Pires começou a praticar esporte. Atletismo foi sua primeira modalidade. Ser uma criança “agitada”, como ela definiu em suas próprias palavras, contribuiu para que Sandra estivesse boa parte das vezes envolvida com brincadeiras nas quais lhe era exigido correr e pular. A percepção de que muitas de suas predileções na vida estavam relacionadas a atividades físicas trouxe em seu bojo a constatação do apreço pela competição e a vontade de buscar ser a melhor naquilo que fazia. Com pais que não eram atletas, sua verve competitiva vinha à tona nos embates que travava com seu irmão mais velho. Aos onze anos, Sandra mudou de escola e conseqüentemente de modalidade esportiva: migrou do atletismo para o vôlei.

Ter tido um excelente professor de educação física que lhe ensinou a jogar vôlei foi, de acordo com Sandra, um elemento decisivo para que ela se apaixonasse pelo esporte – paixão que teve que ser cultivada entre homens, já que afirma ter tido que privilegiar as disputas com os meninos em detrimento das garotas, que pareciam para Sandra “devagar demais” para o esporte. Então moradora da Ilha do Governador, Sandra estendeu a prática do vôlei da escola para clubes de seu bairro, como o Jequiá, de onde surgiu a oportunidade de participar de competições entre demais clubes locais. Participar dessas competições, por sua vez, aumentava a chance de Sandra vir a ser federada em clubes maiores, já que não raro olheiros se faziam presentes nessas competições. No entanto, os convites de filiação junto a esses clubes, que incluía remuneração, eram vistos com alguma reserva pela atleta:

Um amigo que jogava no Flamengo e também morava na Ilha me falava: “vamos lá, Sandra!”. E eu via uma dificuldade grande de morar longe e ir treinar, como eu ia estudar, conciliar? Porque eu nunca imaginei que o vôlei fosse me levar onde me levou. Na verdade, você nunca sabe, é tudo risco.

Com uma família estruturada, com pai provedor, mãe dona-de-casa e um irmão, Sandra se viu em uma situação suficientemente propícia para poder arriscar uma vida esportiva, diante de todas as exigências que essa vida demandava. E provavelmente em razão dessas exigências que Sandra considerou fundamental a participação e o apoio de todos os seus familiares no que lhes era possível: sua mãe por exemplo cuidava de sua alimentação, enquanto que seu pai comprava o vestuário necessário para a prática esportiva (uniforme, tênis). Esses gestos, definidos por Sandra como gestos “de amor”,

foram percebidos por ela como demasiado importantes para que ela conseguisse seguir em frente com seu sonho.

Ilustrativa dos novos tempos de profissionalização do vôlei, a equipe “Supergasbras” foi uma das rápidas experiências na adolescência de Sandra jogando em clubes da zona sul do Rio. Tal experiência durou apenas uma semana, e foi breve pelas implicações que a distância no deslocamento da Ilha do Governador para a zona sul carioca trazia e também por Sandra ter detectado lá “muita panelinha” das atletas que já estavam lá há anos. Embora muitos convites para outros clubes da mesma região tenham surgido, Sandra preferiu continuar na Ilha do Governador. Somente em 1992, aos dezessete anos, é que o Rioforte, clube da Urca cuja equipe realizava seus treinos nas dependências da Escola de Educação Física do Exército, surgiu como uma possibilidade concreta na vida de Sandra, e que foi levada adiante. Foi jogando nesta equipe que Sandra recebeu o convite que seria decisivo para sua trajetória de atleta olímpica: mudar-se para o então pouco conhecido vôlei de praia. De início, o convite foi aceito como uma atividade realizada entre os treinos matutinos da equipe juvenil e os noturnos da equipe adulta. O crescimento do calendário do vôlei de praia e a percepção de que era uma atleta de baixa estatura se comparada a outras que jogavam na quadra, fizeram com que Sandra vislumbasse uma dedicação exclusiva às areias como mais frutífera que às quadras.

Sandra começou a fazer dupla com Karina em 1993 e, um ano depois, se uniu à Jacqueline formalmente. À época, o país que era a referência de excelência do vôlei de praia eram os Estados Unidos, onde Jacqueline já atuava e de onde buscava uma parceira para competir nos Jogos Olímpicos que seriam realizados dali a dois anos. Uma competição realizada em 1995 na praia de Copacabana, em frente ao Copacabana Palace, oficializou o vôlei de praia como modalidade olímpica. Com a classificação para os Jogos garantida, cabia à dupla trabalhar para seu entrosamento. O início de sua parceria com Jacqueline é referido por Sandra com especial deferência:

A Jackie acelerou muito meu aprendizado, porque ela era uma modelo de excelência pra mim. Ela me ajudava, me ensinava, e eu podia ouvir e ver ela fazendo, ela sabia executar o movimento.

Sandra é doze anos mais jovem que Jacqueline. As experiências vividas por Jackie formaram algo como um repertório de maturidade, que no entender de Sandra foi providencial para que a dupla se preparasse para os Jogos de Atlanta sem se deixar levar por distrações que as fizessem perder o foco no objetivo comum a ambas. A ida para os

Estados Unidos deu-se um mês antes do início dos Jogos, de modo a possibilitar a necessária aclimação. Em vez da vila olímpica, a dupla ficou hospedada em uma casa, distante da intensa movimentação que é comum na vila e no meio de muito verde, fato que agradou Sandra. Jacqueline fez questão que ambas abrissem mão do desfile com a delegação brasileira na cerimônia de abertura, o que contrariou Sandra na ocasião, e que depois ela não só compreenderia como daria razão a Jacqueline (quatro anos depois, Sandra foi a porta-bandeira brasileira no desfile de abertura dos Jogos de Sydney e constatou que aquela cerimônia era, como dissera Jacqueline quatro anos antes, demasiado desgastante). A ausência na cerimônia dos Jogos de Atlanta fazia parte do compromisso que Jacqueline não abria mão para garantir máxima concentração na competição.

Mesmo na condição de favoritas, Sandra acredita que a pressão decorrente desta condição pouco afetava as duas. Acostumadas a vencer aquelas mesmas duplas em jogos pelo circuito mundial e demais torneios, repetiram o feito na competição olímpica. A classificação para a final fez com que Sandra refletisse sobre aquela conquista e focasse muito mais no jogo, por dar-se conta de que, com a prata garantida, o nervosismo para o ouro crescia, já que aquela poderia ser uma oportunidade única na vida de Sandra:

Se você foca, automaticamente você vai entrando no ritmo do jogo, tira aquele friozinho na barriga do início; isso me põe no jogo. Não dá pra você ficar pensando 'vou ganhar, mas se perder'...

Com um erro cometido pela adversária, finalmente veio o último ponto e, com ele, a concretização de um sonho almejado ao longo de anos; isso para uma atleta que estava no início de sua carreira, que prosseguiu com conquistas de pódios e participações em outros Jogos Olímpicos.

Depois de Atlanta, vieram os Jogos de Sydney e de Atenas. Em Sydney, mais uma medalha foi conquistada, dessa vez de bronze, em parceria com Adriana Samuel, que fizera parte da dupla adversária vencida na final de Atlanta. Nos Jogos de Atenas, formou dupla com Ana Paula, também medalhista dos Jogos de Atlanta, no vôlei de quadra. Considerada favorita em 2004, a dupla acabou eliminada da competição por adversárias que também eram brasileiras, Adriana Behar e Shelda:

Nossa dupla, em 2004, era a melhor do Brasil. Nós fomos campeãs mundiais naquele ciclo olímpico de 2004, a gente nem treinou muito, nos juntamos e fomos jogar, um ano e meio antes da Olimpíada. A

gente ganhou o mundial, todo mundo acreditava muito, mas elas (as adversárias brasileiras) estavam bem melhores naquele momento.

Nos Jogos de Pequim, Sandra aceitou um convite para trabalhar na televisão como comentarista dos jogos do vôlei de praia feminino. Na época em que concedeu esse relato sobre sua história de vida, estava na metade de sua graduação em Educação Física. Além dos estudos, também fazia parte dos “Embaixadores do Esporte”, projeto que consiste em levar ex-atletas olímpicos para visitas a hospitais, asilos e creches, para a realização de palestras motivacionais onde podem dividir suas histórias de vida para a plateia de funcionários e empresas parceiras do banco que o financia.

4.3 – Ida

Ana Margarida Vieira Álvares começou a jogar vôlei aos dez anos de idade dentro de uma família onde a prática de esporte era recorrente e incentivada pelo pai. O clube em que teve suas primeiras experiências esportivas foi o Club Athletico Paulistano, em 1975. Quatro anos depois, aos quatorze anos, Ida já fora convocada para a seleção brasileira infanto, o que para a época significou estar uma categoria acima da que lhe era prevista. Aos quinze, em 1979, foi convocada pela primeira vez para a seleção adulta, mas logo foi cortada. Um ano depois, em Moscou, a equipe brasileira de vôlei feminino participou pela primeira vez de uma edição dos Jogos Olímpicos. O sentimento de que poderia ter estado naquela equipe precursora a instigou a trabalhar para que além de uma convocação, fosse também concretizada sua permanência nas equipes futuras:

Eu sentia que eu podia estar lá. Então quando eu fui convocada no ciclo seguinte eu falei: ‘não, agora eu vou’. Na olimpíada passada eu fui cortada um ano antes, na seguinte eu falei: ‘não, agora eu quero ir’. E batalhei muito para estar lá.

O caminho encontrado pela atleta para alcançar esse objetivo foi sobressair-se na parte física sempre fazendo mais do que era passado por seus treinadores e preparadores físicos. Se lhe pediam trinta abdominais, Ida fazia cinquenta, se lhe era pedido correr tantos minutos, Ida fazia o dobro. Esse comportamento acabou otimizando seu condicionamento físico e conseqüentemente seu desempenho nas quadras melhorou consideravelmente. Ida alcançou então sua meta de estar na equipe que disputaria os Jogos Olímpicos de Los Angeles.

A condição de atleta mais nova do time somada à baixa expectativa sobre o desempenho daquela equipe contribuiu para que sua experiência olímpica ficasse distante do âmbito competitivo. Ida fez de sua participação nos Jogos de Los Angeles um paralelo a um passeio em um parque de diversões (“pra mim foi uma Disneylândia do esporte”), com poucas cobranças de resultados, muito diferente da experiência de participar dos Jogos com a expectativa de ter chances reais de medalha – o que aconteceu nos Jogos de Barcelona e Atlanta, sendo que nestes inclusive veio a medalha.

O ímpeto de abandonar a condição de coadjuvante do time foi mais um estímulo para que após os Jogos de Los Angeles Ida se envolvesse ainda mais com desafios que a fizessem melhorar sua parte física. Isso, associado ao empenho em prosseguir no

aprimoramento de sua técnica de atleta, implicou em uma rara presença e convivência com sua família. Foi o momento também de troca de clube, do Paulistano para o Flamengo do Rio de Janeiro. A mudança de time e de cidade aparecia como a confirmação de que a prática do voleibol seria a principal atividade de sua vida. Em 1987 Ida teve sua primeira gravidez, o que implicou na sua ausência dos Jogos Olímpicos de Seul que se realizaram no ano seguinte. Depois do nascimento de sua primeira filha, a dedicação ao vôlei foi retomada. O impacto de ser mãe em sua carreira de atleta foi tido por Ida como bastante benéfico, por aspectos que vão do físico ao emocional:

O corpo fica mais forte, a gente fica mais madura, a memória esportiva recupera-se muito rapidamente, e a gente volta muito melhor, mais responsável. Tem um monte de ganhos. A única coisa que você perde é na ausência, de você não poder estar com seu filho. Mas aí tem que saber lidar.

Após a gravidez, com seu espaço na seleção reconquistado, Ida participou do ciclo olímpico para os Jogos de Barcelona em 1992. Como estava pela quarta vez envolvida com a preparação da seleção brasileira para uma edição dos Jogos Olímpicos, algumas situações não eram novidade para ela. A diferença nos incentivos, principalmente financeiros, dos times masculinos em relação aos femininos, chamou sua atenção. Tudo parecia chegar aos homens antes das mulheres ou em evidente diferença de trato, como por exemplo nas questões referentes às viagens das equipes, onde passagens de avião para o Rio de Janeiro eram fornecidas aos times masculinos enquanto o feminino continuava se deslocando de uma cidade à outra de ônibus.

De qualquer modo, mesmo que com relativo atraso ao que ocorreu aos homens, a profissionalização do voleibol chegou também para as mulheres. Neste cenário, Ida esteve envolvida tanto com os patrocínios que passaram a contemplar tanto a seleção – e consequentemente as jogadoras –, quanto os times que eram formados para a disputa de campeonatos no Brasil, patrocinados por empresas de grande porte. Diálogos que antes inexistiam entre confederação, federações, clubes e atletas, passaram a ser recorrentes. Por vezes, um grupo de atletas se organizava para fazer valer a vontade das atletas junto às instituições. Não menos importante era desenvolver a habilidade de, fosse na seleção ou nos clubes, conviver em um grupo de doze mulheres atletas, cada qual com sua história de vida, com sua visão de mundo, e realizar essa convivência com o necessário respeito às diferenças de educação e cultura que era próprio a cada uma daquelas

mulheres. Isso tendo que ser feito sem que nenhuma perdesse de vista o objetivo que as reunia naquele grupo. A cada experiência nos Jogos, ficava um aprendizado:

O esporte me deu muitos valores, muitas regras, muito foco. Eu queria ir pra uma Olimpíada, foquei em ir. Quando eu fui pra segunda, em Barcelona, eu falei: agora temos que ganhar alguma coisa. E no fim quem foi medalhista foi o time masculino...E depois teve a outra Olimpíada, que aí a gente já tinha aprendido a lição de que tudo tem seu tempo. Uma medalha olímpica é um processo, psicológico, de amadurecimento, é um processo...

Com o quarto lugar na classificação final em Barcelona e a expectativa de medalha frustrada, a preparação para os Jogos de Atlanta foi feita com uma meta comum a todas: a conquista da primeira medalha olímpica do vôlei feminino. Com a experiência de duas participações em Jogos Olímpicos, Ida integrava uma equipe que chegou aos Estados Unidos em 1996 como uma das favoritas para a conquista de uma medalha. O fato de a equipe ter chegado às semifinais dos Jogos invicta, tendo perdido apenas um set, alimentou ainda mais a esperança de uma inédita final olímpica. A eliminação na semifinal, contudo, fez com que a equipe fosse para a disputa do terceiro lugar com um abatimento generalizado, que inclusive tomou conta da equipe por alguns momentos no jogo que valia o bronze. Mas a equipe superou-se, e garantiu a primeira medalha conquistada por mulheres brasileiras em esportes coletivos na história dos Jogos Olímpicos da Era Moderna.

A condição de medalhista no Brasil, país de dimensões continentais, grande contingente populacional e poucas medalhas olímpicas conquistadas, que a princípio faz da conquista de medalhas olímpicas um fato ainda mais raro e valioso, é vista com ressalvas por Ida. Se por um lado Ida disse perceber a preciosidade de seu feito, por outro creditou ao modo como a memória é tratada no Brasil o fato de parte significativa de quem realizou essas proezas serem relegados a um segundo plano. No entender de Ida os feitos de atletas brasileiros em Jogos Olímpicos, que poderiam se tornar perenes, acabam sendo preteridos por fatos imediatos. Quanto a felicidade pela conquista, Ida lembrou da fugacidade daquele momento, e que é preciso também se empenhar em novos projetos, para além das conquistas passadas:

Voltamos, todo mundo feliz e tal, medalhista. Mas passou. E também não dá pra gente ficar o tempo todo: 'olha a medalha', viver a vida inteira mostrando uma medalha. Mas foi legal, muito legal.

Após parar de jogar vôlei profissionalmente, em 2002, Ida teve uma breve experiência como técnica da seleção alagoana juvenil. Em seguida, trabalhou por cerca de cinco anos na Secretaria de Esportes de uma cidade da Grande São Paulo. E esse trabalho foi, no seu entender, fundamental para que tivesse mais noção das redes onde o esporte no Brasil está inserido, desde a base com crianças até o alto-rendimento. E Ida disse ter percebido o abandono ao qual o esporte atualmente está exposto no Brasil, e a falta de valorização das pessoas no esporte como ferramenta de inclusão social, educação e sociabilização. Ao contrário das atletas que enxergam nas categorias máster uma grande oportunidade para manter seu vínculo com a prática esportiva, Ida optou por outras modalidades. Atualmente é praticante de corrida de aventura e de remo, em canoa havaiana.

4.4 – Ana Moser

Catarinense de Blumenau, Ana Beatriz Moser nasceu no ano de 1968, em uma família de descendentes de alemães e italianos. Sua prática esportiva começou de modo recreativo aos sete anos ainda em sua cidade natal. Ana teve entre seus vários tios alguns atletas praticantes de diversas modalidades esportivas como vôlei, basquete e atletismo. Aos dez anos, graças ao incentivo de um técnico amigo da família, iniciou sua prática no voleibol, em um clube, prática esta que estendeu também para a escola, nas aulas de educação física.

Gradualmente, Ana foi intensificando sua participação em competições locais. Aos quinze anos foi convocada para a seleção brasileira infante, cujo limite etário de participação era de até dezessete anos. Aos dezesseis, já estava numa equipe profissional de São Paulo, que em alguma medida contribuiu para sua permanência em seleções (logo depois da infante veio a juvenil, e em seguida a adulta). A presença de Ana Moser nas várias categorias das seleções brasileiras deu-se ao longo de quinze anos. E concomitantemente às suas atuações pela seleção deu-se sua atuação em vários clubes, com participações em diversas equipes nacionais, sempre tendo São Paulo como residência:

Eu vinha evoluindo, e cheguei num ponto em que para eu continuar evoluindo eu tinha que sair de Santa Catarina. Virar uma atleta profissional era quase uma consequência.

A chegada de Ana Moser a São Paulo coincidiu com os primeiros momentos da fase de profissionalismo do voleibol no país. A sua mudança da casa dos pais em Santa Catarina para São Paulo (Rio de Janeiro e Belo Horizonte também foram opções) esteve relacionada a essa disposição de ser contemplada por esse profissionalismo a partir um grande centro urbano que passou a oferecer oportunidades para o estabelecimento de uma vida no voleibol. Essa mudança foi portanto produto de uma escolha que implicava na adoção da prática esportiva do vôlei como principal atividade de sua vida, substituindo inclusive seus estudos. Ana Moser deu a entender que os jovens que iniciam sua prática esportiva na infância ou adolescência amadurecem mais cedo, e são apresentados a responsabilidades incomuns aos demais adolescentes que estão inseridos em outros contextos. A ela, essa peculiaridade do esporte foi somada ao fato de ter que morar em uma cidade grande. As diferenças em participar das seleções infante, juvenil e

adulta aos poucos foram se tornando claras para a então novata atleta. Envolvida na rotina de treinos e campeonatos da seleção adulta, gradualmente Ana Moser foi aventando a possibilidade de participar de uma edição dos Jogos Olímpicos.

De acordo com Ana, que possui em seu currículo de atleta três participações em Jogos Olímpicos, cada uma dessas três edições teve sua peculiaridade. Seul foi a primeira edição dos Jogos em que uma equipe de vôlei brasileira participou da competição por classificação e não por um convite decorrente do boicote de outros países (fato que ocorrera nas duas edições anteriores). Segundo a atleta, a experiência em terras coreanas foi uma “grande confusão”, com técnico, comissão técnica e jogadoras ainda aprendendo a lidar uns com os outros, e o resultado foi um modesto sexto lugar. A máxima cuja autoria é creditada ao Barão de Coubertin, sobre o competir ser mais importante que o ganhar, associada à sua experiência nos Jogos de Seul, é vista por ela do seguinte modo:

Fala-se muito da Olimpíada, espírito olímpico. Quando tem uma boa condição de disputar é bom; quando não tem uma boa condição é meio frustrante. Aquele time não era um time preparado pra estar entre os primeiros.

Sua segunda participação olímpica deu-se nos Jogos de Barcelona, com outra equipe, outro técnico e outras jogadoras. Mais um passo no processo de amadurecimento que chegaria ao ápice quatro anos depois, nos Jogos de Atlanta, tidos pela atleta como a coroação dessa geração que começou na Espanha:

Aí foi muito bom! Foi a melhor Olimpíada, foi o título mais importante, a medalha de bronze foi a conquista mais importante da carreira. E foi a consagração de uma geração que se tornou realidade.

A prática e a organização do voleibol para os homens no Brasil, anteriores ao que surgiu para as mulheres, são apontados por Ana como fatores decisivos para as diferenças entre as modalidades masculina e feminina. Tal diferença era possível de se detectar no estilo de jogo dos homens, nas técnicas de treinamento, e no modo como os técnicos lidavam com aquela incumbência. Transformar o potencial que aquele grupo feminino tinha em conquistas foi apontado por Ana como a grande motivação da geração que disputou os Jogos de Atlanta.

A medalha de ouro que o Brasil conquistou com o vôlei masculino nos Jogos de Barcelona intensificou o tom de catástrofe com o qual o quarto lugar das mulheres foi recebido, em especial por um dos principais dirigentes da modalidade. A experiência

nos Jogos de Atlanta segundo Ana, foi compartilhada por muitas jogadoras que estiveram em Barcelona, e que viram nos Jogos de Atlanta uma possibilidade de instituir uma mudança de hábitos: estilo de jogo, carga de treinamento, dedicação e, principalmente, de entrega ao projeto de vitória. Os resultados obtidos em Atlanta, com as medalhas no vôlei de praia e no basquete somadas às do vôlei de quadra, serviram como a tão esperada consagração do esporte olímpico feminino brasileiro.

Seis meses antes dos Jogos nos EUA, a atleta teve um rompimento no ligamento cruzado do joelho, contusão cujo prognóstico médico para recuperação era de ao menos oito meses. Sua recuperação foi definida por ela como “uma epopeia”, incluindo um médico recorrendo a uma técnica pouco usada no Brasil, associando fisioterapia com operação espírita, homeopatia e soro ortomolecular. Em apenas quatro meses a cicatrização estava pronta, e com isso Ana Moser estava liberada pelo médico da seleção para o treinamento junto à equipe.

Para que seu condicionamento físico fosse aprimorado, sua carga de treinamento foi aumentando gradualmente. Também foi providenciado um aparelho para proteção do joelho esquerdo, que lhe dava mais segurança em jogo. Por conta de todas essas questões os Jogos de Atlanta são considerados por Ana como uma batalha. E a medalha olímpica acabou sendo uma conquista tanto esportiva quanto em âmbito pessoal. Um cruzamento nas semifinais dos Jogos com Cuba deixou a equipe de fora da final. Na leitura de Ana, a cor da medalha não mudou sua relevância naquela conquista do esporte feminino brasileiro, cuja repercussão Ana afirma vivenciar até hoje.

O quadro crônico de artrose no joelho esquerdo que fez parte de sua vida desde os vinte e seis anos foi, em grande medida, responsável pelo precoce encerramento de sua carreira de atleta. Nos momentos finais de sua carreira seus treinos ocorriam de duas a três vezes por semana, no máximo, ao contrário das demais atletas que treinavam todos os dias. O restante do tempo era destinado à preparação física na água, no colchão, em colchões de ginástica olímpica e demais atividades que minimizassem o impacto sofrido na quadra. Nesse momento, Ana estava em preparação para disputar a Copa do Mundo no Japão, que era classificatória para os Jogos Olímpicos de Sidney, a serem realizados no ano seguinte. A dificuldade com a qual lidou para manter-se bem fisicamente nesta competição soou para Ana como um indício de que ela teria que encerrar sua carreira:

Eu me dei conta que ia ter que parar. Então fiz uma programação para aguentar até o final da temporada da seleção. Deu tudo certo, o Brasil se classificou pra Olimpíada de Sidney e aí eu voltei pro Brasil, fui no meu clube e eu anunciei o encerramento da carreira.

Atualmente envolvida numa rotina própria de trabalho de escritório, Ana Moser percebe como grande prejuízo para um ex-atleta a elevada carga de atividade física que fez parte de toda sua vida, e que não raro extrapolou os limites do que seria razoável e sobretudo saudável para seu corpo. Quanto à carreira profissional, no seu entender, o desafio para ela hoje é maior, visto que Ana dedicou sua vida exclusivamente ao esporte e este, quando encerrado, demandou novos caminhos em sua vida, com a necessidade de providenciar outros rendimentos e recursos. Foram várias suas atividades em condição de pós-atleta, sendo a que mais ganhou vulto foi um projeto de desenvolvimento da prática esportiva diferente do que é feito na iniciação esportiva que pensa no alto-rendimento, pensado para qualquer tipo de pessoa, independente de sua estatura, peso ou condição física. Deste empreendimento surgiu o instituto que hoje Ana coordena, com cerca de cento e cinquenta funcionários e com um atendimento semanal de cerca de quinze mil alunos, em várias cidades do país, além da oferta de cursos de capacitação para professores de educação física. Estender os benefícios da prática esportiva para além dos que, por uma herança genética, têm acesso ao esporte de alto rendimento, aparenta ser o motivo principal da sua mobilização em sua atual atividade.

4.5 – Hortência

Hortência nasceu numa primavera de Potirendaba, cidade localizada no interior do Estado de São Paulo, cuja etimologia de origem tupi quer dizer “lugar onde estão as flores”, o que a faz lembrar ser o nome de sua cidade relacionado com seu nome. Aos dois anos Hortência mudou-se para São José do Rio Preto, cidade próxima de sua cidade-natal. Sua atividades de criança consistiam em brincar de esconde-esconde, pega-pega e nadar no rio. Aos nove anos, Hortência mudou-se para Santo André e por lá começou a praticar diversas modalidades esportivas, fosse fora dos horários de aula na escola, fosse nas aulas de educação física. O início da prática no basquete para Hortência teve como importante marco sua mudança para a cidade de São Caetano do Sul, onde ela passou a praticar com mais assiduidade a modalidade. Primeiro, nas aulas de educação física; posteriormente, nas competições escolares e jogos inter-colegiais; até que Hortência passou a frequentar algumas aulas na escolinha de basquete cujas aulas eram ministradas por Marlene, que era então uma das jogadoras da seleção brasileira de basquete.

Dois anos após ter começado a praticar basquete, Hortência foi convocada para integrar a seleção brasileira, e já figurava entre as titulares, muito embora tenha resistido ao primeiro chamado, por temer ser cortada logo de cara. Ao seu primeiro técnico, Waldir Pagan – que foi quem a informou, em 1976, de sua convocação para a seleção – Hortência creditou os primeiros ensinamentos de condutas fora da quadra, que iam desde como se portar à mesa até a escolha da cor do esmalte a ser usado pela jovem atleta.

Fatores como falta de programação, gestão e planejamento precários, foram apontados por Hortência como decisivos para a não-classificação do basquete feminino brasileiro para os Jogos Olímpicos ao longo dos anos 70 e 80. Foi em Vigo, na Espanha, que aconteceu o torneio que enfim classificou o Brasil para os Jogos de Barcelona, e garantiu a primeira participação olímpica do basquete feminino brasileiro. Ao posto de sétimo lugar, Hortência creditou a falta de experiência das atletas sobre como disputar a competição.

O ciclo olímpico para os Jogos de Atlanta foi marcado pela participação no Mundial de 1994, sediado na Austrália. A atenção às 14 horas de fuso horário que levaram a equipe com quinze dias de antecedência para a Austrália foi citado por Hortência como exemplo do bom planejamento feito para esse torneio. Já aos 35 anos,

não lhe faltou experiência para lidar com as peculiaridades do momento, que contribuíram para as vitórias na semifinal contra a equipe dos Estados Unidos (favoritas naquele torneio) e na final contra as chinesas. O basquete feminino brasileiro conquistava um título inédito.

Hortência parou de jogar pouco tempo depois da conquista do campeonato mundial. Foi o tempo de engravidar e dar a luz a um menino. Logo em seguida ao nascimento de seu filho, Hortência, ainda sem medalha olímpica em sua carreira de esportista, entrou numa intensa rotina de treinamentos para que em quatro meses estivesse em condições físicas adequadas para participar dos Jogos Olímpicos de Atlanta. A recompensa a tamanho esforço vem com a inédita medalha do basquete feminino brasileiro, de prata, conquista que Hortência disse ter valido todo o seu sacrifício para estar em Atlanta, pois a frustração de sua carreira poderia ser grande caso ela se aposentasse sem ter uma medalha olímpica. A emoção da cerimônia do pódio, comumente descrita por atletas de um modo geral como um momento único em suas carreiras, foi reafirmada em seu discurso:

Nós temos sempre que ter uma relação de emoção, com o namorado, com o marido, com o filho, com o amigo, enfim... a gente vai em busca de novas emoções. E você estar num pódio, como campeã do mundo, como medalhista olímpica... Quantos tiveram essa emoção? É raro, né? E você tá ali! Você sentiu! É uma emoção, assim, de dever cumprido, de emoção, pátria, Brasil, bandeira, hino, enfim, é uma coisa que não dá pra explicar...

Quando da realização desta entrevista, a atleta ocupava o posto de diretora técnica das seleções femininas de basquete. Seu trabalho, cujos resultados são previstos para médio e longo prazo, consiste em imprimir um novo modelo de gestão ao basquete feminino brasileiro, sobretudo às categorias de base, para que este novo modo de gerir o esporte contribua para a carreira de alto-rendimento de jovens atletas. Sobre os motivos que a levaram a assumir essa responsabilidade, ela disse:

Eu voltei porque vi que o basquete não tava sendo muito bem conduzido. Na época que tinha eu, Paula, não tinha uma boa administração, mas tinha grandes atletas. Tinha ídolos, né? E a gente segurava isso na quadra. Mas quando a gente parou, acabou. E como você vai buscar novas atletas? Tem que fazer um trabalho pra isso... Então nós estamos começando a buscar... vai demorar um pouco, é médio a longo prazo. Mas uma hora vai começar a aparecer o projeto.

Hortência citou alguns pontos que fazem ela crer que a geração que disputou os Jogos de Atlanta estava preparada para uma “batalha”, sendo a preparação física um dos principais pontos, “a maior arma” da equipe para a conquista da medalha de prata. Hortência disse ter sido orientada ao longo de sua carreira por treinadores de ambos os sexos, e não viu diferença entre eles por conta do sexo. E foi em linhas próximas desse raciocínio que ela disse encarar seu ofício atual na Confederação Brasileira de Basquete. A respeito de como a feminilidade pode ser uma questão em um espaço predominantemente masculino, Hortência disse acreditar que sua compatibilidade com os demais se estrutura em pontos para além das diferenças entre os sexos.

4.6 – Paula

Maria Paula Gonçalves da Silva nasceu em Oswaldo Cruz, cidade próxima da divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul e Paraná. Sua infância foi vivida em uma época e um lugar que permitiram brincadeiras de crianças pelas ruas e ir-se a pé para todas as partes. Com o tempo, Paula foi percebendo seu apreço pela competitividade dentro e fora do esporte. Entre um período do dia na escola e outro no clube, Paula foi conhecendo diversas modalidades esportivas, até chegar à equipe juvenil de basquete de um time cuja equipe masculina obteve grande popularidade junto à população da cidade. O reconhecimento de seu talento precoce veio com um convite para Paula jogar em Assis. A melancolia de estar distante da família e da cidade-natal era respondida com firmeza pelos pais, que a incentivavam por crer que aquela situação seria boa para a filha, muito embora Paula insistisse em considerar essa distância negativa em meio à rotina de jogos, treinos e estudos. Aos quinze anos, Paula mudou-se de Assis para Jundiaí. Foi também época da convocação para a seleção brasileira adulta, que passava por uma grande renovação. Com o profissionalismo do basquete feminino se firmando, em 1980 Paula mudou-se para Piracicaba, momento em que um lado mais profissional de sua carreira passou a ser a tônica:

Quando eu fui para Piracicaba em 80 me deram um carro de luvas, um salário e uma escola. A casa em que eu morava era paga pelo clube, e aí já começou um lado mais profissional.

Em seus primeiros anos na seleção, Paula lembrou-se da falta de experiência como uma de suas principais dificuldades, afirmando não possuir a seu lado profissionais devidamente preparados para guiá-la, o que a obrigou a construir suas vitórias em cima de seus erros. Foram precisos quinze anos para que os primeiros frutos de seu trabalho aparecessem. Tardaram, mas não falharam: em 1991 veio o título do Pan-Americano de Havana, em vitória sobre a seleção anfitriã. Em 1992, a classificação para os Jogos Olímpicos daquele ano, em Barcelona, a primeira de uma equipe de basquete feminino brasileira. Embora o desempenho da equipe na competição espanhola não tenha sido das mais destacadas, a atleta considera a experiência de suma importância para a medalha a ser conquistada em Atlanta:

Nossa ida para a Olimpíada de Barcelona foi uma preparação para Atlanta. Estar em uma Olimpíada, se você não for focado, consciente do que você está fazendo lá, você deslumbra. Foi complicado este processo, mas foi um aprendizado enorme, porque em 96 a gente

falou assim: 'sabe tudo aquilo que agente viveu lá em Barcelona? Vamos colocar na gavetinha toda vaidade, todo o ego individual, e começar a pensar em grupo.

A conquista do título do campeonato mundial de 1994 serviu para que o time brasileiro chegasse sob a condição de favorito ao pódio olímpico, dois anos depois. E o Brasil lá esteve, com a medalha de prata, garantida após a vitória na semifinal sobre a Ucrânia. A definição que Paula dá à sensação de estar em um pódio olímpico é o de dever cumprido. Após conquistas em campeonatos de outro porte, a medalha olímpica representou o coroamento de uma geração de jogadoras que alçou o basquete feminino a posições nunca antes conquistadas, já que, no entender de Paula, terminar sua participação em uma geração como esta, apenas com medalhas de Pan e Mundial, talvez não fosse justo, por todo o envolvimento e empenho empregado. Se para muitos atletas a lembrança mais intensa da conquista de uma medalha olímpica é a cerimônia do pódio, para Paula o momento mais marcante de Atlanta foi o convite do Comitê Olímpico Brasileiro para ser a porta-bandeira brasileira na cerimônia de encerramento dos Jogos:

No encerramento, só estava eu lá, no meio do estádio, carregando a bandeira do meu país, meio que sentindo aquilo nas costas. Ali você tem mais calma, passa um filme na sua cabeça. Eu estava sozinha e não conseguia dividir com ninguém aquilo que eu estava vivendo. Foi um momento de introspecção mesmo, bem marcante.

Quando da realização da entrevista, uma das principais atividades de Paula estava relacionada a um programa financiado por uma estatal brasileira de apoio ao atleta olímpico brasileiro, com disponibilização de bolsas de estudo para cento e dez atletas. Esse trabalho é produto de suas reflexões sobre o que fazer em sua vida após o encerramento de sua carreira de atleta. Paula passou a considerar que gerir o esporte brasileiro pudesse ser uma boa opção. Fora das quadras, Paula trabalhou no Centro Olímpico de Treinamento do Ibirapuera, em São Paulo e, dois anos depois, chegou ao Ministério do Esporte, experiência esta que durou seis meses, para que logo em seguida ela retornasse ao seu posto anterior. Embora a gerência do governo municipal tivesse mudado de partido, Paula ficou com duas certezas: uma de que ambos os postos que ela ocupou (municipal e federal) eram muito similares; a outra, de que atuar nessa esfera não era algo compatível com seus parâmetros éticos. Mesmo atuando há dez anos na gestão do esporte olímpico brasileiro, Paula acredita que a maior referência que as

peças têm sobre ela é em relação a sua carreira como jogadora de basquete; talvez, marcas indeléveis que a condição de medalhista olímpica brasileira não apagará.

Sobre preconceitos, Paula não titubeou ao afirmar que esteve exposta a muita discriminação machista pelo fato de ser uma mulher praticando esporte – um terreno tido como de 'machos' e que não era condizente às mulheres. Tal situação ela acredita ter superado graças ao apoio familiar constante:

Claro que vivi! Esporte era coisa de mulher macho, este era o lema. Este foi o maior preconceito que sofri. Mas como sempre tive a minha família para me apoiar... Muitas meninas desistiram por conta disto. De não enfrentar essa barra de que esporte não era coisa para mulher

Paula mostrou-se otimista, e disse perceber, seja na gestão do esporte ou na prática esportiva daquelas que hoje estão na seleção, que o preconceito em relação à presença feminina em espaços tidos como masculinos vem diminuindo. Mas seu otimismo não perde de vista que, se em alguns momentos é possível afirmar que o preconceito arrefece, em outros é notória sua presença de forma velada, o que por vezes causa mágoas e chateações. Mas Paula disse que todas essas adversidades são relevadas por seu desejo de fazer o que gosta. Muitas pessoas desistem de seus sonhos esportivos em função disso. Paula, não.

Capítulo 3 – O discurso das atletas

Neste capítulo são apresentados trechos das histórias de vida das seis atletas que compõem a fonte desta pesquisa. Os trechos que serão apresentados neste capítulo foram escolhidos de acordo com pontos em comum que essas histórias têm. Já os pontos em comum dessas seis histórias, por sua vez, foram elencados tendo em vista o que é apresentado por Rubio (2001: 151), quando da abordagem de histórias de vida no esporte para pesquisas acadêmicas. Fatores como cidade natal, faixa etária, escolha da modalidade esportiva, possibilidades de mobilidade para um centro, as instituições às quais esses sujeitos estarão vinculados ao longo de suas carreiras no esporte, não raro são decisivos nos projetos de vida desses atletas.

Para contemplarmos tanto o que há de específico nessas narrativas, quanto elencá-las em pontos em comum, de modo que essas histórias se tornem constituintes de uma unidade, com elementos em comum, foram eleitos aqui alguns pontos para serem analisados dos discursos dessas atletas. São eles: o início da prática esportiva; a ida para um centro reconhecido como referência para a prática esportiva; o momento em que essas atletas foram identificadas como habilidosas; como o referencial do esporte praticado por homens foi uma constante em suas carreiras; como o profissionalismo nos esportes chegou primeiro aos homens, e como isso repercutiu na trajetória esportiva dessas mulheres; quando elas deixaram de ser vistas como frágeis e passaram a ser vistas como capazes de grandes resultados no esporte – e como mais uma vez o referencial do esporte masculino apareceu como parâmetro; em que momento de suas carreiras esportivas essas mulheres foram preparadas para serem medalhistas olímpicas, passaram a alimentar essa expectativa, e como elas se viram potentes para conquistar essa almejada medalha. Finalmente, o que emergiu do discurso dessas atletas que indica o quanto essas primeiras medalhas olímpicas de mulheres brasileiras se tornam paradigmáticas e referência para as gerações futuras.

As atletas cujas histórias de vida compõem o corpo documental desta pesquisa nasceram, as seis, em três estados brasileiros distintos. Jacqueline e Sandra são cariocas; Ida é paulistana, Paula e Hortência são paulistas naturais de Osvaldo Cruz e Potirendaba, respectivamente, e Ana Moser é catarinense de Blumenau. Quando o assunto foi o início da prática esportiva dessas mulheres, seus discursos apresentaram caminhos semelhantes. Fosse pela oferta de esporte na escola ou por ser uma prática comum entres os familiares, o primeiro contato com o esporte deu-se na infância:

(Jacqueline) Meu pai gostava muito de ir à praia nos finais de semana e os filhos acompanhavam. E foi assim que começou, tínhamos o costume de ir à praia. Toda vez que eu ia à praia eu jogava voleibol, peteca, jogava muito futebol com meu irmão também.

(Sandra) Comecei a praticar esporte com sete anos, aquelas coisas do colégio, que você vai experimentando de tudo. Meu pai nunca foi atleta, fazia exercício na época dele, eu nem cheguei a ver, minha mãe nunca fez exercícios, nem foi atleta, então eu não tive esse exemplo. Comecei na escola e com onze, aí eu já optei pelo vôlei.

(Ida) Eu comecei a jogar com dez anos de idade, em 1975. Já participava muito de esporte, o voleibol era muito presente na minha família, eu tinha três irmãs que jogavam vôlei, meu pai sempre incentivou... E eu fui jogar no Paulistano.

(Ana Moser) Comecei a praticar esporte com sete anos, em Blumenau. E fazia por brincadeira, no clube, jogava vôlei. Meus tios eram atletas, praticavam diversas modalidades, cidade pequena, o técnico do time era muito amigo da família, eu comecei a jogar lá. Depois na escola eu fazia tudo que era esporte. Na escola tinha bastante organizada a educação física e a parte das modalidades. Então eu fazia lá, comecei no atletismo.

(Paula) Eu tive o grande privilégio de nascer em Osvaldo Cruz, uma cidade do interior de São Paulo bem pequeninha, e na época eu podia ir para a escola a pé, ir para o clube a pé... E o meu dia era desde a brincadeira na rua, na frente de casa, até nas oportunidades que eu tinha de estar no clube do qual minha família era sócia. Então eu só fui descobrir que eu tinha na veia o espírito competitivo depois que eu comecei a frequentar com mais assiduidade o clube.

(Hortência) Com nove anos eu vim para Santo André, e quando eu entrei no ginásio eu aprendi na aula de Educação Física a jogar handebol, aprendi a praticar atletismo, voleibol, basquetebol... Quando eu me mudei pra São Caetano do Sul eu aprendi a jogar basquete na escola. Então quem me apresentou o basquete pela primeira vez foi uma professora de educação física, na escola.

Com exceção de Sandra, todas as atletas nasceram na década de 60. Integram uma mesma geração de mulheres que, por contingências legais, tiveram suas práticas esportivas permitidas para algumas modalidades, e proibidas para outras. No entanto, como apontou Goellner (2004), em que pese a oficialidade e o poder dos documentos oficiais que determinavam como deveria ser a prática de esporte por mulheres, a vida lhes escapou. A prática esportiva, qual seja restrita – tanto do ponto de vista das modalidades quanto por espaços para realizar a prática – foi gradualmente atraindo mais mulheres, em modalidades como vôlei, basquete, natação, tênis e atletismo. Alguns resultados de destaque em campeonatos sul-americanos, pan-americanos e mundiais de

seleções de vôlei e basquete podem ser vistos como contribuintes para que a prática desses esportes entre mulheres se disseminasse (Cunha Junior et al., 1999).

A narrativa de histórias de vida destas atletas conduz para um campo que aponta a constituição daquilo que pode ser conceituado como marcos da sociedade brasileira, e que vai ao encontro do olhar que DaMatta (1982: 23) investiu ao esporte na sociedade brasileira. Ambos, esporte e sociedade, como faces de uma mesma moeda, sendo o esporte revelador das idiossincrasias dessa sociedade. O movimento feminista no Brasil foi marcado por características distintas de movimentos da América do Norte e Europa. Se nesses continentes a luta pela igualdade de condições cidadãs foi marcada pelo confronto (Freedman, 2004), no Brasil esse movimento se deu de forma dispersa com interesses distintos: as sufragistas, que acreditavam que a desigualdade se resolveria por meio do voto, e as mulheres trabalhadoras, que anteciparam com seu discurso a especificidade da opressão, buscando atenção, por exemplo, para as diferenças entre as categorias de gênero e étnicas (Rago, 2004). O período da ditadura militar no Brasil, no entender de Pinto (2003) foi um divisor de águas para o movimento de mulheres no Brasil, que já há algum tempo era posto à sombra das reivindicações “maiores” da esquerda, resultando em um feminismo praticado principalmente pelas mulheres que estavam nas universidades, chamado “feminismo acadêmico” (Pinto, 2003). As mulheres atletas não participaram ativamente desse movimento de feministas, o que as fez ficar à margem dessa discussão (Tralci Filho; Araújo, 2011: 37). Nas especificidades de suas carreiras esportivas, que começavam a se concretizar, foram aparecendo gradualmente diferenças no trato que aquelas mulheres recebiam por estarem praticando esporte.

Um segundo momento da prática esportiva dessas mulheres foi aprofundá-la em um centro de treinamento que potencializasse a melhoria dos aspectos técnicos que essas atletas podiam desempenhar. Houve atletas que, oriundas de cidades do interior, foram em direção às cidades metropolitanas – Rio de Janeiro e São Paulo mais especificamente. Para as que já estavam nessas cidades, o trajeto a ser feito tinha como destino os clubes onde essa prática esportiva fosse possível. Houve também quem se deslocasse de um centro a outro, ou seja, de São Paulo para o Rio de Janeiro. E também quem se deslocasse de uma pequena cidade do interior para uma de maior porte, que era referência para a prática da modalidade:

(Jacqueline) Eu pedi pra minha mãe me levar numa escolinha de voleibol que tinha no Fluminense. Acabou que ela pediu pro treinador

da escola onde eu estudava, se eu poderia fazer aula de Vôlei ali. Como eu era muito novinha, ele ficava dando o treino e eu ficava batendo a bola contra a parede. Esse foi o treinador que depois me levou pro Flamengo, eu era reserva da equipe mirim, tinha de nove pra dez anos de idade.

(Sandra) Eu morava na Ilha do Governador, no Rio, jogava em vários clubes que tinha ali, e aí quando eu ia disputar uma competição mais importante, alguém acabava sempre te vendo, são os famosos olheiros que te levam pra clubes maiores, federados, profissionais, que pagavam... E aí eu recebi vários convites... Eu via uma dificuldade grande por morar longe, vir treinar, e estudar, como é que eu ia conciliar? Fui convidada pelo Flamengo, depois pela Supergasbras, mas achei muita panelinha lá, eu de longe, e o pessoal da zona sul que já treinava também junto, desde cedo. Continuei jogando na Ilha, em clubes que não eram federados. Até que com 17 anos, eu aceitei jogar no Rio Forte, que treinava na Urca.

(Ida) Com 14 anos eu peguei a seleção brasileira infanto-juvenil. Nisso, no lado familiar, eu já não via muito a minha família, sempre estava fora de casa. E eu jogava no Paulistano e fui jogar no Flamengo, no Rio de Janeiro. Aí começou realmente minha vida só voltada para o voleibol, longe das pessoas, amigos, enfim, vivendo aquele mundo.

(Ana Moser) Com 16 pra 17 anos virei adulta morando numa cidade grande. Não era só eu que era vinda de fora, tinha mais jogadoras de fora também novas, de outra cidade. Caí na selva de 16 pra 17. Na verdade eu vim pra São Paulo pra jogar num clube, se não eu não teria vindo pra São Paulo. Fui convidada pra jogar numa equipe profissional, por isso que eu vim. Me pagaram todas as despesas, me alugaram apartamento e me deram um salário, como é um esquema profissional.

(Hortência) Depois que eu comecei a jogar pela escola, fiquei sabendo que tinha uma escolinha de basquete onde quem dava aula era uma jogadora da seleção brasileira chamada Marlene. O nome “seleção brasileira” me chamou a atenção. O técnico dela era também técnico da seleção brasileira e do time de São Caetano do Sul, que tinha um basquete muito forte. Aí ele me viu jogando, me levou pra jogar no São Caetano Esporte Clube, e dois anos depois eu já era titular da seleção brasileira. Foi uma coisa muito rápida.

(Paula) Eu fui pra Jundiaí com quatorze anos, em 1976. Foi o ano que o basquete feminino resolveu fazer uma renovação total na seleção, tirou todo mundo e colocou todo mundo novo, e eu já fui colocada na seleção adulta. Com 14 anos eu fui para a seleção adulta. Em 1980 foi que começou aquela profissionalização, que não podia dizer, né? Disfarçada... Quando eu fui para Piracicaba, em 1980, a cidade já tinha tradição no basquete. Me deram de luvas um carro, um salário, e a escola e a casa que eu morava eram pagas pelo clube.

A prática do esporte de alto-rendimento no Brasil está concentrado no Rio de Janeiro e em São Paulo desde o surgimento do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Isso se deu em razão dessas cidades reunirem o que há de mais desenvolvido na área industrial e tecnológica, e mais a postura comum à época (e ainda hoje vigente) de federações e confederações reunirem tanto sua estrutura burocrática quanto a estrutura física necessária para a prática do esporte nessas duas cidades (Almeida, 2011: 71-77). As atletas, que em suas cidades e em seus clubes já eram referência na prática de seus respectivos esportes, ao irem para esses centros se viram no meio de várias outras jovens que também tinham por interesse fazer da prática esportiva uma das principais atividades de suas vidas. E mesmo inseridas em um contingente maior, onde havia mais jovens com talento para praticar vôlei ou basquete, essas atletas permaneceram se destacando das demais.

Com a prática esportiva já sendo uma das principais atividades de suas vidas, essas mulheres foram identificadas como habilidosas para aquela atividade. A maneira como essa confirmação veio para essas atletas foi variado. Houve quem recebesse essa confirmação ainda criança, em brincadeiras. Outras foram identificadas como habilidosas quando a seleção brasileira já fazia parte da sua realidade. E teve também quem tenha percebido a habilidade para a prática do esporte mais por si do que pelos outros, e prosseguiu no esporte pelo prazer que ele proporcionava em sua vida:

(Jacqueline) A vontade que eu tinha, o tempo que eu fazia aquilo, fez com que eu desenvolvesse muito bem o que eu fazia. Eu joguei na época de muitos jogadores que hoje são consagrados, que faziam parte da história toda. As pessoas iam à praia, freqüentavam a praia, depois ficavam na... no clube mesmo, jogando em categorias diferentes. E isso me desenvolvia no esporte.

(Sandra) Quando eu comecei a jogar no time profissional na Urca que eu conheci o vôlei de praia. Uma jogadora da praia que me viu treinando na quadra e o auxiliar técnico do time de quadra me viram e falaram: “essa menina tem todo jeito pra jogar na praia, vamos chamar”. Fui experimentar. Eu treinava três períodos, de manhã com o juvenil, de noite ajudava no adulto e de tarde batia uma bolinha na areia. Foi assim que comecei a jogar vôlei de praia.

(Ida) Eu era casada com um ex-jogador olímpico, e ele falou pra mim assim: “Ida, se você que ir para uma Olimpíada, seja melhor fisicamente que não tem como te cortar. Então eu parecia um animal treinando. Se me pediam pra fazer 30 abdominais eu fazia 50, se era pra correr “tantos” minutos, eu corria o dobro. E eu fui melhorando. Isso foi muito legal porque com o meu condicionamento físico, o meu desempenho técnico melhorou absurdamente.

(Ana Moser) Na verdade, assim, eu sempre tive muita clareza que era, enfim, o que eu estava fazendo, primeiro, era uma coisa que eu tinha jeito, segundo, era uma coisa que eu gostava e que me dava prazer. E que passou a ser profissional, passou a ser um emprego, um trabalho.

(Hortência) Eu aprendi muito rápido, já tinha aquela coisa da competição desde pequenininha, das brincadeiras, só gostava de brincar com os meninos, porque com as meninas era muito fácil. Quando era pra brincar de pega-pega era fácil porque ninguém me pegava e quando era a minha vez eu pegava rápido, não tinha graça. Então eu comecei a brincar com os meninos. Não gostava de brincar de boneca, gostava de jogar bola.

(Paula) O time masculino da cidade onde eu morava virou febre. E eu chegava em casa, pegava uma bola que eu tinha de borracha e começava a imitar o que os meninos faziam no treino. Até que eles montaram um time feminino, mas eles não me deixavam treinar, falavam que eu era muito novinha. Venci pelo cansaço. Um dia o técnico falou: “Entra aí! Você já sabe fazer bandeja?” Eu disse “Já sei”. “Você já sabe bater bola?” E eu: “sei”. Aí o time fez um jogo treino, e no primeiro jogo eu já fui titular.

Nesse momento de início da prática, o referencial de excelência é masculino. E foi assim ao longo da carreira dessas atletas, fato comum às mulheres que praticam esporte no Brasil (Daolio, 1995). No entanto, o que esse grupo de mulheres possui de específico quando comparado, por exemplo, às suas antecessoras? Temos aqui uma gama complexa de elementos que passam pela geopolítica internacional, por novas diretrizes do Comitê Olímpico Internacional (COI), por novos rumos da política do Brasil, pelas especificidades próprias ao vôlei e ao basquete no Brasil, e pela iniciativa individual de cada uma das atletas (Rubio, 2011). Para essas mulheres foi possível um incremento nas condições técnicas dessa prática esportiva, e a conquista do profissionalismo para elas em muito contribuiu para o avanço em algumas etapas de suas carreiras de atletas:

(Jacqueline) As pessoas que jogavam naquela época, os jogadores, eram jogadores muito mais amadores. Eles faziam porque eles gostavam mesmo, ninguém precisava do voleibol pra viver na vida. Se existia algum profissionalismo, era muito pouco, muito pouco mesmo. Então, era um... assim, as pessoas buscavam a satisfação pessoal de estar ali podendo representar o Brasil. Mas é lógico que o tempo vai passando e você não pode mais viver daquela maneira, entendeu? Era tanto que nós estávamos dando para aquilo, e ali todo mundo já tinha se dedicado tanto que não tinha estudado, não tinha trabalhado... E a coisa começou a chegar num ponto que eu percebi que eu tinha que começar a tomar algumas decisões. E foi aí, por volta da Olimpíada de Los Angeles, isso era em 84, que começou a crescer essa coisa dentro de mim, essa consciência mais profissional de lutar pelos valores.

(Sandra) Quando eu comecei a jogar o salário do feminino era mais baixo do que o masculino. Então a gente já começou logo uma revolução, entendeu? Então assim, a gente ficou sempre colocando, mesmo na minha época né, dez, quinze anos atrás, a gente já tinha que estar ali brigando pelo salário. Então no vôlei, isso igualou, nem existe mais isso, ninguém toca no assunto, mas já existiu.

(Ida) Quando eu comecei a jogar era amadora, a gente ganhava um lanchinho no final do treino e só. Depois, juvenil, eu comecei a jogar no adulto do clube, e algumas poucas atletas recebiam algum dinheiro, mas era muito pouco. No primeiro ano eu não ganhava nada; depois eu virei titular, ganhamos o campeonato brasileiro, e no ano seguinte, eu e algumas jogadoras já ganhavam um dinheiro, uma ajuda de custo. Foi aí que eu falei: “olha, eu sou titular, outros clubes querem que eu vá jogar lá e tal, quero ficar mas vocês precisam me pagar alguma coisa. Aí eles me ofereceram na época o que seria hoje uns R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), uma ajuda de custo. Tinha clube já pagando uma jogadora ou outra, mas não passava de R\$ 1.500.00 (mil e quinhentos reais). Quando começou a profissionalizar, as pessoas começaram a buscar, abrir peneira, nos próprios clubes, a oferecer bolsa de estudo e aí acho que a coisa foi começando a profissionalizar.

(Ana Moser) Desde que a gente começa a jogar, a gente vai evoluindo na modalidade. E eu fui evoluindo, e cheguei num ponto em que para eu continuar evoluindo eu tinha que sair de Santa Catarina. Não necessariamente virar uma atleta profissional, mas isso era como uma consequência, pra eu seguir nessa vida esse era o passo. Na época o voleibol começava a se profissionalizar, e era muito recente essa questão de equipes profissionais, de patrocinadores, de atleta de vôlei recebendo salário, isso era muito recente. A questão econômica estava presente, mas ela estava junto a outros fatores e um desses fatores era a questão de estar seguindo na evolução no esporte. Então pra eu seguir eu tinha que sair de lá, eu tinha que vir pra um grande centro, ia acabar vindo pra seleção, então, assim... era um caminho natural a se tomar.

(Paula) Em 1980 foi que começou aquela profissionalização, entre aspas, que não podia se dizer, né? Disfarçada... Mas quando eu fui para Piracicaba em 80 me deram um carro de luvas, e um salário, e uma escola, a casa que eu morava era paga pelo clube, e aí já começou um lado mais profissional. Foi uma trajetória cheia de percalços, porque a gente não tinha a experiência ao lado da gente para dizer “não vá por aí porque aí é errado”; a gente teve que ir construindo com os erros. E isto demorou quinze anos praticamente, até o primeiro título, que foi o Pan em Havana.

Como já foi apontado aqui, as atletas brasileiras, de um modo geral, e as olímpicas, mais especificamente, não se associaram em nenhum período ao movimento feminista no Brasil. No caso destas seis atletas, embora essa associação com o

movimento feminista não tenha ocorrido, isso não significou falta de mobilização e de reivindicação por parte delas. E enquanto os movimentos feministas se organizavam na Europa e nos Estados Unidos, no Brasil esse movimento era acanhado pelos imperativos de uma cultura patriarcal, que por sua vez iam ao encontro do cerceamento de liberdade imposto pela ditadura civil-militar. Em um período histórico onde era necessário garantir liberdades políticas fundamentais, a misoginia aparecia para dissociar as reivindicações das mulheres e conferir a pecha de “desvios pequeno-burgueses” às demandas de mulheres, por exemplo, por creches, por escolas para seus filhos, por salários compatíveis aos que os homens recebiam. (Pinto, 2003). Isso nos dá subsídio para tratarmos na associação feita no Brasil do feminismo a algo pejorativo, e pensarmos em seus produtos – como as mulheres se indisporam em associar suas vidas a esse movimento, não raro tido pelas próprias mulheres como artiloso, menor, indevido. E responde, em alguma medida, ao distanciamento destas mulheres do movimento feminista brasileiro, para se desvincularem de qualquer classificação que pudesse ser tomada como fraqueza, em um momento que elas buscavam justamente o contrário.

Uma vez identificadas como habilidosas, e com alguns avanços no cotidiano de suas atividades em razão da chegada do profissionalismo às modalidades femininas, essas atletas começaram a se preparar para alcançarem as primeiras posições nas competições internacionais. E a preparação na qual elas estavam envolvidas as fez sentirem-se potentes, e alimentar a expectativa de uma medalha em Jogos Olímpicos:

(Jacqueline) Quando eu cheguei à Califórnia, algumas pessoas me ajudaram. Uma delas foi um treinador americano, Pete Zartman. Ele foi O Cara. Ele me orientou, nesse problema meio indisciplinar meu, entendeu? As coisas foram mais bem focadas. Ele me ensinou a jogar voleibol de praia, me ensinou algumas coisas básicas. Eu já tinha tido alguns treinadores, mas eu nunca tinha visto o esporte da maneira que ele me apresentou.

(Sandra) Fomos em 1994 pros Estados Unidos, e eu evolui muito. Só que a gente só percebeu isso quando voltamos pro Brasil em 95, já que tínhamos que nos classificar por aqui. Aí a gente jogou, ganhamos quase todos os torneios aqui e jogamos os mundiais, já que a classificação era feita pelo mundial. Tivemos muitas vitórias, classificamos, a Jackie planejando e eu seguindo. Ela já tinha vivido muitas experiências, foi me passando, e eu seguindo. E a gente foi pra Atlanta.

(Ida) Em Barcelona eu tinha vinte e sete anos. E eu falava: “nossa, essa deve ser minha ultima Olimpíada”. Eu queria continuar, mas não sabia se eu ia conseguir. Foram aparecendo as jogadoras mais

altas, e eu comecei a trabalhar os recursos que eu tinha, velocidade e técnica, pra poder me sobressair. E eu consegui ser titular até um ano antes da Olimpíada. Em 96 eu falei: “eu vou ter que ir pro banco”. Mas tudo bem, o que importava era eu ir e participar daquela geração que estava crescendo e que tinha chance de ganhar, sendo titular ou reserva.

(Ana Moser) A minha segunda Olimpíada foi a de Barcelona. O Brasil já era outra equipe, era outro técnico, e tinha uma geração boa. Mas a gente ainda tava amadurecendo e ficamos em quarto. Então foi um quase, mas foi um passo a mais no amadurecimento, no desenvolvimento do voleibol feminino, amadurecimento daquela geração.

(Hortência) Atlanta foi muito difícil pra mim porque eu tinha parado de jogar, tinha dado à luz e tive três, quatro meses pra entrar em forma e pra jogar uma Olimpíada, não foi pra jogar qualquer campeonato. Então foi muito difícil. Mas valeu a pena todo o sacrifício, porque eu ia ficar muito frustrada se eu parasse de jogar sem ter uma medalha Olímpica.

(Paula) A gente brigava, e depois começamos a enxergar que se não estivéssemos juntos, não chegaríamos a lugar nenhum. Começamos a profissionalizar, a forçar a unificação dos clubes para que as atletas chegassem bem à seleção. Então houve uma conscientização por parte de quem comandava os clubes, principalmente treinadores e preparadores físicos, de que a gente vivia em um esporte clubístico aqui, e que os clubes deveriam estar fortes para a seleção estar forte. E a gente começou a enxergar, a vislumbrar de uma outra forma, com amadurecimento.

A edição dos Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996, pode ser tida como a mais representativa da entrada definitiva do profissionalismo nos Jogos Olímpicos (Rubio, 2006: 133). E, se Pierre de Coubertin é identificado na história dos Jogos Olímpicos Era Moderna como seu principal idealizador, Juan Antonio Samaranch é referido, para a mesma história e para os mesmos Jogos, como o principal responsável para que os Jogos Olímpicos, que caminhavam para um fracasso do ponto de vista econômico e de gestão, adquirissem os contornos profissionais de hoje (Payne, 2006).

A eleição de Samaranch para a presidência do COI, em 1980, pode ser lida por vários prismas. Do ponto de vista da administração que um evento como os Jogos Olímpicos demandam, essa eleição foi um marco na aproximação dos Jogos Olímpicos com os imperativos econômicos. A edição dos Jogos de Montreal, em 1976, demasiado onerosa para a população local que o sediou¹⁹, contribuiu para que um novo modelo de

¹⁹ Para se ter uma idéia desse ônus, a população de Montreal pagou por vinte e dois anos, sob forma de impostos, os prejuízos advindos da falta de planejamento dessa edição dos Jogos. Como se não bastasse, o

gestão dos Jogos fosse apresentado. É também nos anos 80 que a FIFA, entidade máxima do futebol profissional no mundo, impôs uma nova prerrogativa às confederações de cada país: a gerência do futebol deveria ser feita por uma entidade exclusiva a ele. No Brasil, a Confederação Brasileira de Desportos foi dissolvida, e as confederações de cada esporte ganharam poder, e passaram a ser geridas de modo mais independente ao que era feito até então (Sarmiento, 2006). Uma deliberação de 1981 acabou com a proibição de empresas patrocinarem clubes ou entidades desportivas (Brasil, 1980) e abriu caminho para que empresas pudessem vincular suas marcas aos times, tanto nos uniformes quando no nome das equipes (Marchi Júnior, 2004: 120-121). O vôlei e o basquete foram duas das modalidades que mais se aproveitaram dessa nova conjuntura de empresas privadas presentes no esporte, e os resultados obtidos pelas seleções masculina de vôlei e basquete ao longo dos anos 80, com medalhas em Pan-Americanos, Mundiais e Jogos Olímpicos, é reflexo disso. Depois da profissionalização destes esportes entre os homens, o fenômeno estendeu-se às mulheres.

Os Jogos Olímpicos de Atlanta marcaram o centenário dos Jogos Olímpicos da Era Moderna e os novos tempos do Movimento Olímpico. Se nos primórdios desse movimento a condição de atleta profissional era um aviltado, cem anos depois ser profissional era quase que imprescindível para os atletas que quisessem ir longe em seus resultados (Rubio, 2006: 128-135). Para o Brasil, foi nos Jogos de Atlanta que as primeiras medalhas foram conquistadas por mulheres. No discurso das atletas, foi possível recuperar as lembranças que elas têm daquela edição, e de suas respectivas participações:

(Jacqueline) Eu não lembro contra quem foram os primeiros jogos. As coisas que mais lembro são a semifinal contra as americanas, já que na época que eu me mudei pro Estados Unidos, uma delas era a principal jogadora americana... Foi uma vitória muito importante. E a final com o Brasil, que eu não esperava de forma nenhuma. Achava que tudo pudesse acontecer, menos uma final brasileira.

(Sandra) Eu tinha acabado de completar 23 anos, não ficava pensando muito no que era aquilo, o que aquilo representava... Eu queria ganhar, e eu falei: “a oportunidade tá aí, então eu quero ganhar, vamos lá e depois a gente vê o que acontece. E nesse processo, o afastamento da vila olímpica, por exemplo, foi fundamental para nossa concentração.

país sede ainda teve que arcar com a incômoda marca de único país na história dos Jogos Olímpicos da Era Moderna a não conquistar sequer uma medalha de ouro quando sediou os Jogos (Rubio, 2006: 124).

(Ida) Era um timaço, e a gente com uma chance absurda de ganhar. Só que Cuba – que era uma equipe que de dez jogos a gente ganhava dois, porque fisicamente ela era muito mais forte que a nossa – cruzou com a gente na semifinal. Foi uma coisa ruim pra gente. Começamos a jogar bem, mas aí bateu o “será que dá?”. Acho que bateu um pouco do psicológico ali.também, e Cuba soube aproveitar. Perdemos.

(Ana Moser) A grande motivação daquela geração era transformar o potencial que aquele grupo tinha em conquistas. Em 92 nossa experiência em Barcelona foi muito ruim. Então aquela geração de Atlanta viveu uma boa parte das mudanças. Boa parte das jogadoras estiveram em Barcelona e viveram aquilo. Fazia parte a mudança de hábito, de estilo de treinamento, de carga de treinamento, dedicação, entrega pro projeto. Muitas coisas a gente precisou quebrar pra poder ser uma equipe vencedora.

(Hortência) Aos 35 anos eu falei: “Não quero mais jogar!”. Fui campeã mundial e falei: “parei!”. Tive um filho. Após 15 dias de eu dar à luz começou a pressão: “você tem que voltar, tem que jogar, tem que jogar, tem que jogar”. E eu nem treinando estava, eu tive cesariana, só fazia caminhada. Um mês depois daquela pressão, convocaram a Seleção e aí eu falei: “bom, eu vou treinar, se eu estiver bem – porque eu sou muito exigente – eu aceito e eu vou”. Aí eu comecei a treinar com a Seleção... E aí fui embora.

(Paula) Cada medalha tem uma marca. Desde a minha primeira, que os meus olhos brilharam quando eu ganhei, até a medalha olímpica. Sabe aquela coisa, que às vezes você fala assim “a gente nunca vai conseguir”. Aí você vê que nada é impossível, você acredita que aquilo pode ser possível. Dá uma sensação de dever cumprido. Talvez terminar uma geração como a nossa com uma medalha de Pan e um mundial, talvez não fecharia o que seria justo, por todo o envolvimento e empenho que a gente tinha.

Percebemos nestes trechos dos discursos das atletas que as suas memórias pessoais sobre os Jogos de Atlanta estão relacionadas a outras pessoas (as adversárias, as companheiras de time), bem como aos lugares frequentados por essas pessoas (por exemplo, a vila olímpica). Essa característica do rememorar, que vai além do plano individual e que alcança o que foi vivido por esses indivíduos nos planos social é apresentada por Halbwachs (2006), para quem as memórias são construções dos grupos sociais, sendo que estes grupos contribuem em muito para o resgate dessa memória individual. Mesmo a lembrança individual que cada indivíduo carrega consigo é composta por muitos elementos que remetem aos grupos nos quais os indivíduos estão inseridos, posto ser impossível, no entender de Halbwachs (2006), dissociar indivíduo e sociedade no resgate de memórias. Trata-se, portanto, de um processo relacionado a

muitos atores, “ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (Halbwachs, 2006: 30).

O diferencial da participação dessas atletas em Atlanta, quando comparadas às suas antecessoras, foi a conquista de medalhas. A maioria delas reafirmou o que se ouviu dos atletas brasileiros como sendo marcante da conquista de suas medalhas olímpicas: os momentos iniciais de uma final, as adversidades que apareceram ao longo da disputa, o ponto final de uma partida:

(Jaqueline) O primeiro set foi um desespero, a Sandra ficou super nervosa. Mas eu tinha uma confiança muito grande. Eu acreditava que a coisa tinha só que acalmar que nós íamos superar. O segundo set, eu já sentei, achando que ia ser, sabe? Que não tinha mais volta. Meio que passou um cineminha durante o jogo. Uma coisa que você sonhava, imaginava, pódio, isso tudo. Uma vez que você vê que vai acontecer, você consegue ter muito bem essa idéia, é super legal. Uma sensação bem maneira, você fala “nossa! Eu vou conseguir!”, entendeu? E isso daí é uma coisa que só o esporte te dá.

(Sandra) Depois do último ponto, nossa, ali eu já saí pulando no colo da Jackie. Agora não tem pra mais ninguém; essa ninguém tira. A gente concretizou tudo aquilo que a gente vinha planejando por anos. Pra mim foi uma vitória especialíssima, por eu estar começando. Começar com medalha de ouro! E a sensação do pódio é a melhor que tem, o teu hino sendo tocado, a bandeira do Brasil subindo num outro país...

(Ida) Fomos jogar a disputa do bronze que uma olimpíada antes nós deixamos escapar. Eu falei: “Bom, agora não pode escapar de novo, né? Só que aquelas que eram titulares não tiveram muito essa consciência, e a gente que tava no banco falava “não, pelo amor de Deus, elas precisam jogar bem!”. E aí entramos eu, a Leila e a Filó, e foi aí que a gente deu uma energia diferente, tipo, pelo amor de Deus, não vamos perder isso, já perdemos na última, entendeu? E aí a gente deu um gás e conseguimos ganhar aquele jogo. Mas quase também que a gente deixa escorregar a medalha, por uma frustração de um dia anterior, sabe?

(Ana Moser) A coroação dessa geração, que começou lá em Barcelona, foi em Atlanta, e foi muito bom! Foi a melhor Olimpíada, o título mais importante, a medalha de bronze foi a conquista mais importante da minha carreira. E foi a consagração de uma geração que se tornou realidade, uma pulsão que vinha há muitos anos por aquela geração e por gerações anteriores, então foi a melhor Olimpíada.

(Hortência) Nós somos seres humanos, e vamos em busca de novas emoções. E você estar num pódio olímpico... Faz a conta de quantos tiveram essa emoção. É raro! Quantos não quiseram sentir aquilo e não conseguiram, lutaram muito e não chegaram lá? Eu cheguei. Não é uma coisa simples, fácil. É uma emoção de dever cumprido, pátria,

Brasil, bandeira, hino, enfim, é uma coisa que não dá pra explicar... Pouquíssimos conseguem chegar e sentir aquilo ali...

Na recuperação dessas memórias dos Jogos de Atlanta, a exceção foi Paula. Para ela, não foi a subida ao pódio, mas outro momento que a marcou: o desfile na cerimônia de encerramento.

(Paula) O que mais me marcou em Atlanta não foi tanto receber a medalha, mas ser escolhida para levar a bandeira do Brasil no encerramento. E, diferente da abertura, onde todo mundo desfila, no encerramento estava só eu, lá no meio do estádio, carregando a bandeira do meu país, meio que sentindo aquilo nas costas. Ali sim você tem mais calma de passar um filme na sua cabeça. Aquele foi o momento que mais me marcou, eu estava sozinha e não conseguia dividir com ninguém aquilo que eu estava vivendo. Foi um momento de introspecção mesmo, de falar comigo mesmo... bem marcante.

Mais uma vez, temos nos trechos dos discursos dessas mulheres elementos que vão ao encontro do que Halbwachs (2006: 39) entende como próprio da dinâmica entre a memória do indivíduo e a memória dos outros, coletiva, que se manifesta a partir de uma combinação dos diferentes grupos nos quais esse indivíduo esteve, seja na família, na escola, em um grupo de amigos, no ambiente de trabalho... Se é possível verificar elementos em comum nas narrativas destas atletas, isso se deve também ao fato de todas elas, mesmo com as especificidades da vida de cada uma, terem protagonizado do mesmo momento na história do esporte olímpico brasileiro: a conquista das primeiras medalhas por mulheres, nos Jogos de Atlanta, em 1996.

O feito alcançado por essas mulheres tornou-se paradigmático para o esporte olímpico nacional, bem como fez com que essas mulheres se tornassem referências para as gerações futuras. As atletas, que protagonizaram esse feito, têm dimensão do quanto essa conquista contribuiu para o esporte feminino ser valorizado no Brasil:

(Jacqueline) Estar na final com o Brasil eu não esperava de forma nenhuma, entendeu? Achava que tudo pudesse acontecer, menos o Brasil. Foi muito bom pro Brasil, e, de novo, o esporte feminino é marcado de novo com o voleibol. E na época foi muito reforçado porque era um marco. As pessoas falavam o tempo todo isso, “se você ganhar, você vai ser a primeira medalha de ouro feminina...”. Era uma final brasileira. E nós não tínhamos muito idéia do que estava acontecendo no Brasil. Aí eu ligava e todo mundo falava que estavam todos esperando por esse jogo. Bom, o que eu sabia era o seguinte: quando acabou a semifinal, eu saí da quadra e vieram os jornalistas brasileiros me falar “o Brasil tá na final, o Brasil tá na final”. Eu falava assim: “gente, contra quem que eu tô na final?”. “É o Brasil, é o Brasil!”, eles falavam, “é o Brasil A e o Brasil B, entendeu?” Aí que eu falei, “nossa, caramba!”.

(Sandra) Foi uma vitória especialíssima, por eu estar começando uma carreira, começar uma carreira com medalha de ouro! E pra Jacqueline... Ela não tava encerrando ali, mas aquela medalha ali era o que faltava pra ela, então pra mim ela deve ter pensado assim: 'porra, peguei a menina, treinei a menina, engoli todos os sapos...' ela engoliu esse sapos pra gente não brigar, pra gente não se desentender, ela tava excelente, foram anos assim que ela tava exatamente focada no objetivo, então, nada atrapalhava. E hoje, o que eu acredito que aconteça bastante, com o vôlei de praia, é que a gente já começou na primeira olimpíada ganhando duas medalhas. Então assim, você ganha respeito, entendeu? Medalhista é medalhista.

(Ana Moser) Aquela geração de Atlanta viveu uma boa parte das mudanças, então fazia parte a mudança de hábito, de estilo de treinamento, de carga de treinamento, dedicação, entrega pro projeto. Muitas coisas a gente precisou quebrar pra poder ser uma equipe mais vencedora. Então fazia parte sim. Foi uma glória, não só pra nossa equipe, e nós ajudamos no todo, nesse momento aí de Atlanta que teve medalha no vôlei de praia, teve medalha no basquete. Foi uma época muito boa, uma época de consagração mesmo do esporte feminino.

(Paula) Atlanta foi uma Olimpíada muito especial para as mulheres. E hoje você percebe a lista de uma delegação que vai para as Olimpíadas que metade já são mulheres. Então ali a gente começa a desbravar, né!? Começa com a Jacqueline e a Sandra, e outras vem no mesmo embalo. Eu acho que ali foi mesmo um divisor de águas pro esporte feminino brasileiro. E agente é sempre questionado pela valorização, pela desvalorização da prática esportiva pela mulher no Brasil, mas eu que morei algum tempo na Espanha, eu acho que o Brasil até valoriza bastante as mulheres. A Espanha, na época que eu morei lá, a única mulher reconhecida era a Arantxa Sánchez. E mulher lá não tinha o apoio que agente tinha aqui no Brasil. Neste sentido eu acho que o Brasil até que é bem evoluído.

A percepção dos contrapontos entre homens e mulheres para esse grupo de atletas é variável. Há aquelas que pouco ou nada perceberam em suas carreiras, por exemplo, manifestações de qualquer ordem que pudessem ser associadas a um preconceito por elas serem mulheres praticando esporte. Essa constatação se aproxima do que verificou Rubio (2011: 87), uma estranheza pelo fato de, muito embora a trajetória de muitas das atletas olímpicas brasileiras tenha sido marcadas por manifestações de preconceito que tinham como origem o fato de elas serem mulheres, poucas são as atletas que identificam isso. Outras atletas, no entanto, têm isso bem claro, caso da maioria das seis atletas aqui em questão. Estas atletas citam passagens de suas vidas que ilustram como era percebido o trato diferenciado conferido a homens e mulheres, que era possível de se verificar, por exemplo, na diferença das cifras para o pagamento feito para eles e para elas:

(Jacqueline) *Em 1984, os meninos da seleção masculina eram pop stars, aquilo que todo mundo gostaria de ser. Eles eram realmente incríveis. Até nós meninas também éramos fãs deles, nós acabávamos nosso jogo e subíamos correndo pra vê-los jogar. E eles eram tratados profissionalmente. Eles tinham todo um esquema profissional dentro da delegação, que era composta por homens e mulheres, e era só o masculino que tinha aquele tipo de tratamento. Tudo bem que o feminino não obtivesse o resultado maravilhoso que o masculino obtinha; mas eu achava que tínhamos também que receber alguma coisa.*

(Sandra) *Quando eu comecei a jogar, o salário do feminino era mais baixo do que o masculino, né? Então a gente já começou logo uma revolução, entendeu? O presidente da confederação se tocou que podia dar confusão, e ajudou a igualar isso. A gente ficou sempre brigando pelo salário, isso há dez, quinze anos atrás, a gente já tinha que estar ali brigando pelo salário. Então no vôlei isso igualou, nem existe mais isso, ninguém toca no assunto, mas já existiu.*

(Ida) *Sempre foi uma briga da gente se comparar ao masculino. “Ah por que eles têm e nós não? Ah o masculino recebeu patrocínio de não sei quem e o feminino não”. Infelizmente, é uma característica da cultura de nosso país, de que o homem tem que ganhar mais do que a mulher. O masculino sempre teve as coisas antes do que o feminino, nunca conseguimos ter as mesmas condições, o masculino tinha passagem pra ir pro Rio de Janeiro e o feminino tinha que ir de ônibus, sabe umas coisas assim? O homem sempre ganhou mais. É... é machista, não é?*

(Ana Moser) *No voleibol, no final da década de 90, o masculino passou muito tempo sem ganhar nada e o feminino estava sempre ali entre os quatro, entre os dois, sempre no pódio, sempre na final, sempre no pódio. Qualquer torneio que o masculino beliscasse alguma coisa tinha uma grande repercussão; e o masculino ganhava mais do que o feminino no pró-labore da seleção. Na década de 90, que eu tava lá, a gente que ganhava tudo e o masculino não ganhava nada. Em um ou outro torneio eles eram os reis e o pró-labore nosso, na época, era cerca da metade do que eles ganhavam.*

(Hortência) *Olha, quando eu comecei a jogar basquete já existia essa história de que o basquete era muito masculino, usava-se muito o termo, sapatão... E eu nunca dei muita bola para isso não. O que me importa é o que eu sou. Eu não era. Então eu não ligava. Eu gostava de ficar mais com os meninos, até hoje meus amigos são mais homens, eu converso mais com homens. Então não tem nada a ver com feminilidade ou masculinidade de mais ou de menos... não tem nada a ver uma coisa com a outra. Na época que eu comecei a jogar basquete e as pessoas falavam, e eu não dava ouvidos, porque eu era feliz fazendo aquilo. Eu sempre procurei fazer as coisas que me davam prazer.*

(Paula) *Claro que vivi preconceito! Praticar esporte era coisa de mulher macho. Este era o lema. Este foi o maior preconceito que eu tive. Mas como tive a minha família sempre do meu lado, eu acho que muitas meninas desistiram por conta disto. De não enfrentar esta*

barra de que esporte não era coisa para mulher. Isto atravessou minha carreira mais lá no começo, mais na minha adolescência, e durou bastante. Eu acho que ainda existe um tabu.

Recorremos aqui a um dos principais conceitos desenvolvidos por Holanda (2006) acerca da sociedade brasileira: a cordialidade, representada pela lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade (tomadas como virtude pelos estrangeiros) que é para o autor o traço definido do caráter brasileiro, cunhado na influência ancestral dos padrões de convívio humano, formados no meio rural e patriarcal. Mais do que uma comprovação de “civilidade” ou “boas maneiras”, a cordialidade é expressão legítima da conotação emotiva que aparece de modo intenso no jeito brasileiro de se socializar e elaborar sua alteridade.

Ainda de acordo com Holanda (2006), nenhum outro povo se distancia mais da noção de vida pública do que o brasileiro, visto que a forma de convívio social pública representa o inverso da polidez. Nessa perspectiva, a vida em sociedade representa uma forma de libertação do pavor que o indivíduo sente em viver consigo mesmo e responder por seus atos e ações em diferentes dimensões de sua existência. O reflexo dessa construção subjetiva se dá em uma espécie de aversão ao ritualismo social, o que gera uma reverência prolongada ante um superior, e cuja manifestação maior de respeito se dá no desejo de estabelecer intimidade (Holanda, 2006: 148).

Essa questão tem sido discutida por Tavares (2003) e Nascimento e Rubio (2010) a partir das reflexões de Holanda (2006) sobre a formação da cultura e da sociedade brasileira considerando aspectos como a colonização, miscigenação e multiculturalismo, reflexo dos vários fluxos migratórios ocorridos ao longo de vários séculos. O conceito de cordialidade nos ampara para verificarmos o modo como as atletas olímpicas brasileiras perceberam o seu estar no mundo na condição de mulher, como se dava a contraposição aos homens atletas, a percepção dessas mulheres sobre alguma situação de preconceito à qual elas tenham sido expostas, e como essas mulheres se organizaram no esporte brasileiro para se tornarem pioneiras na conquista de medalhas em Jogos Olímpicos.

Capítulo 4 – Considerações Finais

A discussão sobre a presença das mulheres no esporte olímpico brasileiro foi ao longo de muitos anos permeada por um referencial masculino. A fragilidade pela qual essas mulheres foram marcadas ao longo de anos foi associada à incompetência, e ambas, fragilidade e incompetência, eram atreladas às mulheres esportistas. Isso confirma o que está historicamente posto: as exigências das mulheres se diluem em outras, o que impede um maior reconhecimento de suas reivindicações.

A busca pelas pistas que estivessem contidas nas histórias de vida das atletas conduziu esta pesquisa para um campo que apontou a constituição do que pode ser chamado de características da história do esporte olímpico brasileiro entre as mulheres. Ao contrário das experiências dos movimentos feministas na Europa e na América do Norte, no Brasil a atuação das mulheres foi dispersa. E tratando do grupo de mulheres que participaram de Jogos Olímpicos, a maioria delas tendeu a naturalizar situações de desequilíbrio de apoio e respaldo institucional entre homens e mulheres (Rubio, 2011).

E foi a partir desse quadro que aproximamos o conceito de cordialidade (Holanda, 2006) da trajetória das mulheres olímpicas brasileiras, cordialidade essa pautada na ética de fundo emotivo, e que se mantém presente mesmo em situações ou atividades onde deveria prevalecer a lógica da racionalidade. Diferente das mulheres de outros continentes que construíram uma referência para o feminismo pautada no embate, a trajetória do movimento feminista no Brasil se assenta na luta por outro meio, desidentificando-a do confronto. Se por um lado a mulher atleta é capaz de individualmente demonstrar combatividade na construção de sua carreira esportiva vencendo obstáculo como a falta de recursos, ou a diferença de prêmios, por outro, a maioria delas não foi ainda capaz de identificar essas questões como de ordem institucional.

Quando em 1996 foram conquistadas as primeiras medalhas olímpicas essas circunstâncias vieram à baila. As seis histórias de vida de atletas que foram utilizadas como fonte para esta pesquisa trouxeram com seus discursos pontos de reflexão que levam a crer que, em suas carreiras, ter questionado as diferenças dada a homens e mulheres foi parte significativa do processo que culminou com as primeiras medalhas de brasileiras. As medalhistas de Atlanta possuem algumas singularidades que tornaram suas carreiras no esporte olímpico brasileiro paradigmáticas. No caso das seis atletas cujas histórias de vida compuseram parte deste trabalho, é possível verificar alguns

pontos em comum em suas trajetórias de vida. Começaram a praticar esporte na infância, na escola e em clubes dos quais suas respectivas famílias eram filiadas. Na época da infância dessas mulheres, decretos e interdições legais proibiam a prática de determinados esportes por mulheres. Não impediu, contudo, que essas mulheres fossem adiante em suas experiências no esporte. Tendo sido identificadas como habilidosas, essas mulheres passaram a desenvolver suas habilidades no esporte em um centro de treinamento que pudesse potencializar e aprimorar essa habilidade, o que no caso de algumas destas mulheres, implicou em uma mudança de cidade (principalmente em direção ao Rio de Janeiro e São Paulo), ou em um deslocamento de bairros afastados para bairros centrais, onde era maior a oferta por clubes em que a prática esportiva era possível.

O parâmetro de excelência que era apresentado para essas mulheres era formado por valores associados aos homens, como força, valentia, competência. E essas atletas foram as primeiras que questionaram de modo mais incisivo a discrepância no tratamento para homens e para mulheres. Foram também as que primeiro experimentaram as benesses do profissionalismo no esporte feminino, muito em razão de suas modalidades (vôlei e basquete) já terem experimentado o advento desse profissionalismo entre os homens. E esse grupo de mulheres conseguiu suplantar os preconceitos aos quais essas mulheres eram associadas, e alcançaram um feito que até os Jogos Olímpicos de Atlanta era inédito: a conquista de medalhas.

Desde 1932, quando a primeira brasileira participou de uma edição dos Jogos Olímpicos, até os anos 90, a discrepância na quantidade de homens e mulheres na delegação brasileira foi notória. Após os Jogos de Atlanta, quando vieram as primeiras medalhas femininas, um equilíbrio na quantidade de homens e mulheres começou a se mostrar, e a cada edição, homens e mulheres se equivalem tanto na participação quanto na conquista de medalhas. As seis atletas entrevistadas para esta pesquisa continuam ingressando em novos espaços: todas ocupam hoje algum cargo de administração e/ ou gestão no esporte, seja em confederações, organizações não-governamentais ou institutos. Talvez resida nesse campo o próximo desafio para as esportistas brasileiras: ocuparem os postos diretivos e administrativos de instituições que gerem o esporte olímpico no Brasil, e que hoje são majoritariamente ocupados por homens.

Referências bibliográficas

- Agamben, G. (2002). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Almeida, B. (2010). *O financiamento do esporte olímpico e suas relações com a política no Brasil*. Dissertação. Departamento de Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, 119 f.
- Anderson, B. (2005). *Comunidades Imaginadas*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- Aristóteles. (2006). *A política*. São Paulo: Martins Editora, 2006.
- Benevides, M. (1979) *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 3ª. Ed.
- Bosi, E. (2003). *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê editorial.
- Brasil. *Ato Institucional nº 5*. Brasília, 13 de dezembro de 1968. Recuperado em 09 de outubro de 2011, de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>.
- Brenan, C. (2012). *Skirts won't make women's boxing anymore "womanly"*. Recuperado em 09 de fevereiro de 2012, de <<http://www.usatoday.com/sports/columnist/brennan/story/2011-11-01/womens-boxing-skirts/51033616/1>>.
- Brasil. Deliberação nº 03/ 80, art. 13º Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 6. Jun. 1980.
- _____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Acessado em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Último acesso em 27/09/2011.
- Bueno, B. (2002). *O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade*. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 11-30, jan./jun.
- Carneiro, A. (2011). *Origens do Dia Internacional da Mulher*. In: Folha de S. Paulo. Primeiro caderno, p. A3, 08 out. 2011.
- Cardoso, M. (1996). *100 anos de Olimpíadas: de Atenas a Atlanta*. São Paulo: Scritta, 1996.
- _____. (2000). *Os arquivos das olimpíadas*. São Paulo: Editora Panda.
- Castellanni Filho, L. (1988). *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. São Paulo: Papirus.
- Comitê Olímpico Internacional (2007). Carta Olímpica. Lausanne.

Cunha Júnior, C.; Altmann, H. Goellner, S. V. e MELO, V. A. de. (1999). "Women and sports in Brazil". In: Christensen, K. *International Encyclopedia of Women and Sport*. USA: Macmillan.

Daolio, J. (1995). "A construção cultural do corpo feminino, ou o risco de transformar meninas em 'antas'". In: Romero, E. (Org.). *Corpo, mulher e sociedade*. Campinas: Papirus, p. 99-108.

Elias, N. (1994). *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Elias, N; Dunning, E. (1992). *A busca da excitação*. Lisboa: Difel.

Fausto, B (1997). *A revolução de 1930 – historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras.

Franzini, F. (2003). *Corações na ponta da chuteira: capítulos iniciais da história do futebol brasileiro (1919-1938)*. Rio de Janeiro: DP&A.

Freedman, J. (2004). *Feminismo ¿Unidad o conflicto?*. Madrid: Narcea, S.A. de Ediciones.

Freitas, S. (1992). *Prefácio*. In: Thompson, P. *A voz do passado - História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freyre, G. (2006). *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Record.

Futada, F. (2007). *Educação Olímpica: Conceito e Modelos*. In.: Katia Rubio (org): *Educação Olímpica e Responsabilidade Social*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Goellner, S. (2004). "Mulher e esporte no Brasil: fragmentos de uma história generificada". In: Simões, A.; Knijnik, J. (org). *O mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho*. São Paulo: Aleph.

_____. (2005). *Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades*. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (USP), vol.19, nº2, pp.143 – 151.

Halbwachs, M. (2006). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.

Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Stuart Hall/ tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A.

Hasenbalg, C. (1996). "Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil". In: Maio, M.; Santos, R. (org): *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; CCB. B.

Hernán, D. (2007). *Historia Universal: XXI Capítulos Fundamentales*. Madrid: Sílex.

Hobsbawm, E. (1996). *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1995). *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (1988). *A Era dos impérios*. São Paulo: Companhia das Letras.

Holanda, S. (2006). *Raízes do Brasil*. 26ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Krolokke, C.; Sorensen, A. (2006). *Gender Communication Theories and Analyses: From silence to performance*. London: Sage.

Leite, D. (2007). *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 7ª. Ed. São Paulo: Editora UNESP.

Lico, F. (2007). *O boicote aos Jogos Olímpicos de Moscou-1980: uma análise da reação do movimento olímpico brasileiro e internacional*. Dissertação. Departamento de Pedagogia do Movimento do Corpo Humano da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, 132 f.

Marchi Júnior, W. (2004). *“Sacando” o Voleibol*. São Paulo: Hucitec; Ijuí, RS: Unijuí.

Mathias, M.; Rubio, K. (2010). *As práticas corporais femininas em clubes paulistas do início do século XX*. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (USP), vol. 24, nº 02, pp.275-284.

Meihy, J.; Holanda, F. (2007). *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto.

Miceli, S. (1979). *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Bertrand Brasil.

Moraes, M. (1996). *Marxismo e feminismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, Coleção Primeira versão.

Mourão, L. (2000). *Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização*. Revista Movimento, ano VII, nº 13, pp. 05-18.

Narvaz, M.; Koller, S. (2006). *Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política*. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, nº 3, Set., pp.647-654.

Naves, S. (2003). “Os novos experimentos culturais nos anos 1940/50: propostas de democratização da arte no Brasil”. In: Ferreira, J.; Delgado, L. (org.). *O Brasil republicano – o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Nascimento, P.; Rubio, K. (2010). *Mulheres cordiais: uma história das brasileiras olímpicas nas décadas de 60 e 80 do século XX*. Revista Oralidades (USP), vol. 4, pp. 67 -87.

Oliveira, A. (2008). A participação do atleta negro no esporte: das pistas de atletismo à pistas de Fórmula 1. Recuperado em 09 de fevereiro de 2012, de <<http://www.efdeportes.com/efd126/a-participacao-do-atleta-negro-no-esporte.htm>>.

Oliveira, L. (2003) “Sinais da modernidade na Era Vargas: vida literária, cinema e rádio”. In: Ferreira, J.; DELGADO, L. (org.). *O Brasil republicano – o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Payne, M. (2006). *A virada olímpica: como os Jogos Olímpicos tornaram-se a marca mais valorizada do mundo*. Michael Payne, tradução de Dayse Batista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

Pelbart, P. (2003). *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo Iluminuras.

Pinto, C. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Rago, M. (2004) “Ser mulher no século XXI ou Carta de Alforria”. In.: Venturi, G; Recamán, M.; Oliveira, S. (org): *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Perseu Abramo.

Rubio, K. (2001). *O atleta e o mito do herói*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

_____. (2006). *Medalhistas olímpicos brasileiros: memórias, histórias e imaginário*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

Rubio, K. (org.). (2011). *As mulheres e o esporte olímpico brasileiro*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Sarmiento, C. (2006). *A regra do jogo: uma história institucional da CBF/ Coordenação Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmiento e Juliana Lage Rodrigues; Texto Carlos Eduardo Sarmiento*. Rio de Janeiro: CPDOC, 176 f.

Schpun, M. (1999). *Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Boitempo.

Sestini, D. (2008). *A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*. Dissertação. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 132 f.

Silva, H. (1985) *O poder militar*. Porto Alegre: L & PM Editores.

Soares, C. (2004). *Educação Física: Raízes Europeias e Brasil*. Campinas. Autores Associados. 3. Ed.

Skidmore, T. (1988) *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Tavares, O. (2003). *Esporte, movimento olímpico e democracia: o atleta como mediador*. Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Educação Física. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho.

_____. (1999). *Referenciais teóricos para o conceito de Olimpismo*. In: O. Tavares e L. P. DaCosta (eds) *Estudos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho.

Tonini, M. (2010). *Além dos gramados: história oral de vida de negros no futebol brasileiro (1970-2010)*. Dissertação. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 432 f.

Tralci Filho M.; Araújo, S. (2011). “As possíveis relações entre os feminismos e as práticas esportivas”. In: Rubio, K. (org). *As mulheres e o esporte olímpico brasileiro*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Velloso, M. (2003) “O modernismo e a questão nacional”. In: Ferreira, J.; Delgado, L. (org.). *O Brasil republicano – o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Anexo:**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****Dados de identificação**

Título do Projeto: MEMÓRIAS OLÍMPICAS POR ATLETAS OLÍMPICOS BRASILEIROS

Pesquisador Responsável: Profa. Dra. Katia Rubio

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: EEFÉ-USP

Telefones para contato: (11) 30913181 - (11) 30913151 - (11) 91387466

Nome _____ do _____ voluntário:

Idade: _____ anos R.G. _____
Responsável legal (quando for o caso):

R.G. Responsável legal: _____

O Sr. (a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “MEMÓRIAS OLÍMPICAS POR ATLETAS OLÍMPICOS BRASILEIROS, de responsabilidade da Profa. Dra. Katia Rubio.

O presente projeto tem como objetivo recuperar a memória dos atletas olímpicos que representaram o Brasil em várias edições dos Jogos Olímpicos da Era Moderna e por meio dessas histórias individuais discutir a formação da identidade do atleta, a importância desse ator social no cenário brasileiro e o movimento de construção e manutenção do imaginário esportivo brasileiro.

Com o consentimento do atleta as entrevistas são registradas em vídeo e posteriormente transcritas para análise.

A pesquisa não oferece risco ao participante e espera-se com essa pesquisa fazer um levantamento das modalidades medalhistas, da trajetória de seus atletas no cenário nacional – e o reconhecimento por parte da população de seus feitos – e analisar a política das Federações e Confederações Esportivas naquilo que se refere à influência desse procedimento na formação de novos atletas. Montar um banco de dados – em forma de imagem e de textos – com a memória do esporte nacional e a partir desses dados construir uma Enciclopédia dos atletas olímpicos brasileiros.

As informações coletadas serão publicadas com o consentimento do participante.

Eu, _____, RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

São Paulo, ____ de _____ de _____

Nome e assinatura do participante

Testemunha

Informações relevantes ao pesquisador responsável:

Res. 196/96 – item IV.2: O termo de consentimento livre e esclarecido obedecerá aos seguintes requisitos:

- a) ser elaborado pelo pesquisador responsável, expressando o cumprimento de cada uma das exigências acima;
- b) ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa que referenda a investigação;
- c) ser assinado ou identificado por impressão dactiloscópica, por todos e cada um dos sujeitos da pesquisa ou por seus representantes legais; e
- d) ser elaborado em duas vias, sendo uma retida pelo sujeito da pesquisa ou por seu representante legal e uma arquivada pelo pesquisador.